

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Sociologia

PAULO GOMES VAZ

**O TRABALHO MANUAL AFRICANO NOS LABIRINTOS DA GLOBALIZAÇÃO: O
caso dos africanos em São Paulo**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes
CO-ORIENTADORA: Profa. Dra. Selma Borghi Venco

Dissertação apresentada ao
Programa de pós-graduação em
Sociologia da Universidade Estadual
de Campinas para a obtenção do
título de **Mestre em Sociologia**.

Campinas, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

V477t Vaz, Paulo Gomes, 1977-
Trabalho manual africano nos labirintos da
globalização: o caso dos africanos em São Paulo / Paulo
Gomes Vaz . - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Co-orientadora: Selma Borghi Venco
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Africanos – Brasil. 2. Imigração africana – Brasil.
3. Trabalho – Brasil. 4. Divisão do trabalho. 5. Labor
relations. 6. Globalização. I. Antunes, Ricardo L.C.
(Ricardo Luis Coltro), 1953- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Manual labor of africans in the labyrinth of
globalization:

Palavras-chave em inglês:

Africans – Brazil
African immigration – Brazil
Labor – Brazil
Labor, division of
Labor relations
Globalization

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]
Jesus José Ranieri
Fábio Kazuo Ocada

Data da defesa: 31-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

PAULO GOMES VAZ

**O TRABALHO MANUAL AFRICANO NOS LABIRINTOS DA GLOBALIZAÇÃO:
O caso dos africanos em São Paulo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes e coorientação da Profa. Dra. Selma Borghi Venco.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/03/2011.

BANCA

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador-UNICAMP.)

Prof. Dr. Jesus José Ranieri (UNICAMP- Titular Interno)

Prof. Dr. Fabio Kazuo Ocada (UNESP/Marília –Titular Externo)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (UNICAMP - suplente Interno)

Prof. Dr. Simone Wolff (UEL- Suplente Externo)

Março/2011

Dedicatória

Aos meus pais, Virgínia Gomes Vaz e Pedro João Vaz, que cedo me fizeram aprender intensamente o sentido da vida, da honestidade, sinceridade e acima de tudo, os valores sociais, morais e a persistência. Dedico também aos meus irmãos João Pedro, Tomás, Júlio César, Augusta, Pedro, Marcelina, e ao meu querido e inesquecível falecido irmão Henrique que cedo se distanciou de nós. E a todos meus tios, tias e primos pela severidade que impeliram em minha conduta.

Agradecimentos

Ao meu ilustre e célebre orientador, Prof. Dr. Ricardo Antunes, pelo incentivo, desde a fase embrionária, pela confiança plena na minha capacidade em elaborar a devida pesquisa, de braços abertos, orientou a pesquisa, seu desdobramento, a sua consecução, seja na classe ou extraclasse. Muito obrigado pelas contribuições, espero eternamente correspondê-las e aplicá-las nas próximas jornadas também.

À co-orientadora, Profa. Dra. Selma Venco, pelas contribuições que nortearam a presente dissertação, nos momentos difíceis sempre esteve presente, sobretudo na coleta de dados empíricos e referências bibliográficas. Do outro lado, pelo olhar crítico-metodológico que deu ritmo crucial na organização da pesquisa e nos seus procedimentos finais.

Agradeço cordialmente a CAPES, pelo apoio financeiro que viabilizou este trabalho, propiciando a mobilidade no campo, acessos aos encontros acadêmicos, seminários e congressos, entre outros.

Não cabe aqui citar detalhadamente a todos os nomes dos colegas que estiveram presentes e que acompanharam o desenrolar deste trabalho. Porém, na minha memória, estes permaneceram para sempre, assim como profissionalmente, em especial os meus estimados colegas de grupo de estudos Metamorfoses do Mundo do Trabalho, coordenado pelo Prof. Ricardo Antunes, colegas como: a Stela Godoi, Lívia, Marcílio, Juliana, Sávio, Ricardo, Desrosiers Michaëlle, Franck, Igor, Michelangelo, Claudete, Felipe, Elaine, enfim entre tantas outras pessoas que não caberiam neste texto, um grupo inigualável que merece uma consideração de fato, pelo empenho que duramente os colegas tiveram na dedicação em acompanhar as discussões. Entre essas pessoas, as quais sou imensamente grato, também estão Gilsa R. Barreto, Renata, Márcio Oliveira, Eliane e Priscilla, pelas discussões acadêmicas.

Pois, como profissional, as conversas e discussões realizadas com essas pessoas permanecerão como estímulo para eventuais estudos científicos. Aos professores que estiveram na banca do processo seletivo de mestrado em 2007/2008, na aprovação deste projeto de estudo. A eles meus agradecimentos.

Aos estimados professores de todo o Departamento de pós-graduação, do curso de

Sociologia, pelas conversas extraclasse, em especial os professores Fernando Lourenço e Selma Venco, pelas colaborações preciosas no momento de minha Qualificação, e Renato Ortiz, também pelos incentivos acadêmicos no que tange às informações sobre referências bibliográficas, dentro e extraclasse.

À turma de mestrado de 2008/2009, agradeço-lhes pelas discussões em classe, principalmente na disciplina da professora Gilda Portugal Gouveia nos seminários sobre dissertação de tese nas quais aconteceram as trocas de ideias, sugestões e críticas construtivas que incrementaram o processo deste trabalho.

Aos colegas do *Terça-Feira Futebol Clube*: Douglas, Marcílio, Juliana, Victor, Mário, Flávio, Taís, Fábio, Lívia, Natália, Leonardo, Estevão, Verônica e Helena. E em São Paulo, meus colegas e pesquisadores guineenses como: Justino, Leonildo, Eliseu, Mário, Orlando, Rui Jorge, Boaventura e Lassana.

A toda eficiência do aparato administrativo do Departamento de Sociologia da UNICAMP, em especial ao carinho e atenção recebidos das funcionárias, à eficiência de Christina Faccioni, pela facilidade e cordialidade no atendimento, mesmo nos dias de muita movimentação na secretaria.

O meu enriquecimento acadêmico também se deve aos meus professores da época da graduação, Leonardo Gomes Mello e Silva, principalmente nas discussões desde primeiros semestres da graduação, nos corredores, e sem esquecer também dos incentivos de professores como Mário Eufrásio, Kabengele Munanga e Carlos Serrano, da Universidade de São Paulo.

Agradeço também a Patrícia Moreira Alves pelo incentivo, perseverança, força, e companheirismo, por ter acompanhado o meu percurso cotidianamente em vários momentos da minha trajetória acadêmica e profissional, orgulhosamente fico grato aos devidos apoios.

Ao Centro de estudos migratórios (CEM) da Pastoral do Migrante, pela cordialidade da secretária Socorro, do padre Paulo, Sidney e Sr. Dirceu, pelo fornecimento de materiais bibliográficos sobre migração e mobilidade, e à assistente social Carla, da Casa do Migrante, pela disponibilidade em conceder as entrevistas e os dados de imigrantes que passaram pela Casa e, sobretudo, pela estrutura administrativa observada na Pastoral.

Enfim, agradeço por poder compartilhar com cada um de vocês a caminhada tão árdua, porém imensamente significativa, como a própria problemática do tema.

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as características do trabalho realizado por imigrantes africanos no município de São Paulo. A pesquisa, de caráter qualitativo, visou abordar as conexões entre a dimensão local e global sobre o trabalho desenvolvido por esse segmento de imigrantes no cenário produtivo inscrito na globalização. Considera-se na presente pesquisa o papel da *classe que vive do trabalho* no bojo desse processo de globalização, indagando a articulação entre o *arcaico* e o *moderno* inscrita em um nicho da economia informal, no qual são contratados trabalhadores que partem dos países africanos para o Brasil em busca de oportunidades de inserção social, formação acadêmica e/ou de trabalho para manter a subsistência dos familiares que permanecem em seus países de origem. A fim de analisar esse movimento, abarcou-se a divisão internacional do trabalho e a reestruturação produtiva como fomento das desigualdades sociais mundiais, aspectos aqui compreendidos como fundamentais para debater a emergência da igualdade substantiva como fator primordial no equilíbrio da humanidade.

Palavras-Chave: Trabalho precário. Superexploração. Imigração africana. Degradação do trabalho e globalização.

Abstract

This study attempts to analyze the characteristics of the African immigrant labor in the city of Sao Paulo. Through a qualitative methodological approach, the research aims to shed light on the connections between the local and global dimensions of the African immigrant labor in the context of globalization. It investigates the role of the working class in globalization and poses questions concerning the articulation between archaic and modern aspects of informal economic niches, in which African immigrants are employed where they come to Brazil in search of opportunities for social inclusion, academic education or a job so that they can sustain their families back home. In order to analyze the characteristics of this migration, this study focused on investigating mechanisms through which the international division of labor and the restructuring of production generate social inequalities worldwide. It concluded that understanding these mechanisms is essential to demonstrate that the emergence of substantial equality is a primordial factor for the equilibrium of humanity.

Keywords: Precarious working conditions. Super-exploration. African immigration, degradation of labor and globalization.

Lista de siglas

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEM	Centro de Estudos Migratórios
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
UEMOA	A União Econômica e Monetária do Oeste Africano
UNECA	The United Nations Economic Commission for Africa
UNECE	The United Nations Economic Commission for Europe
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
USP	Universidade de São Paulo
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados

“Há uma modalidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, de si e dos outros, das possibilidades e perigos de vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade cruza todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, de classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Porém trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos despeja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’ ” (BERMAN, 1986, p.15).

Sumário

1 Apresentação.....	12
2 Introdução.....	13
3 A empresa, os trabalhadores-imigrantes e a organização do trabalho.....	17
3.1. A empresa <i>Afric import & export trading</i>	18
3.2. A organização do trabalho: o trabalho imigrante sob vigilância.....	23
4 O trabalho de imigrantes em tempos de precarização.....	27
4.1. Os salários e as fugas à hora extra.....	27
4.2. Ilegalidade e exclusão.....	32
4.3. Um olhar ampliado sobre o trabalho informal de africanos no Brás: a função dos guias e das sacoleiras.....	39
5 Globalização neoliberal, nova divisão internacional do trabalho e o trabalho migrante africano em São Paulo.....	44
5.1. Os labirintos da superexploração dos imigrantes africanos em São Paulo.....	46
5.2. Reestruturação produtiva do capital, nova divisão internacional do trabalho e emigração africana.....	54
5.3. Reestruturação produtiva do capital e a desestruturação da economia africana como incentivos à emigração compulsória.....	56
5.4. Do neoliberalismo à emigração/tráfico de pessoas e a vulnerabilização dos trabalhadores manuais africanos em São Paulo.....	59
5.4.1. Pós-colonialismo, conflitos nacionais e emigração dos jovens africanos no contexto da globalização neoliberal assimilável à “neo-escravidão”.....	66
Considerações Finais.....	73
Bibliografia.....	78
Anexos.....	83

1 Apresentação

A temática desta pesquisa surgiu por intermédio do convívio com alguns imigrantes africanos que desempenhavam atividades precárias no bairro do Brás em São Paulo. Durante o período de pesquisa pude compartilhar a dificuldade vivida neste mundo informal do trabalho. Essa realidade chamou a atenção na constatação de que em pleno século XXI havia ainda condição de trabalho degradante. Um cotidiano marcado pelo distanciamento do mercado formal de trabalho e por vínculos precários de trabalho e de vida, posto que se constitui, em grande parte, de imigrantes ilegais ou portadores de documentos de identidade de refugiado. Neste sentido, a presente dissertação visa retratar a experiência concreta de vida enfrentada por estes trabalhadores revelando as redes sociais invisíveis da exploração do trabalho num contexto de mundialização de capital.

Durante a pesquisa houve um “fato social” que chamou bastante atenção e necessariamente alterou relativamente a subalternidade: trata-se da política adotada pelo governo Luís Inácio Lula da Silva na concessão da anistia aos imigrantes ilegais em todo o território brasileiro. O projeto de Lei 1664, aprovado no Congresso Nacional em julho de 2009, sancionado pelo presidente Lula, beneficiou os imigrantes que entraram no país até 01 de fevereiro de 2009.

Após a concessão de anistia e a fiscalização do agente do Ministério do Trabalho fora apurado que os trabalhadores outrora indocumentados se encontravam em situação de regularidade formal. Apesar de não ter havido melhora significativa em relação às relações de trabalho, é importante destacar que tal política levou a uma melhora no relacionamento e comprometimento entre o proprietário e os trabalhadores, visto que logo começaram a adquirir os seus direitos sociais.

2 Introdução

O presente estudo aborda a realidade atual de imigrantes africanos na cidade de São Paulo, por meio da análise da experiência concreta de vida de alguns destes sujeitos que trabalham para a empresa *Afric import & export trading* no bairro do Brás¹. A empresa em questão atua no setor de transporte de mercadorias para exportação, produzidas, sobretudo, pela indústria têxtil e produtos de beleza, como cosméticos, roupas íntimas, calçados, cabelos humanos, entre outros.

A metodologia de pesquisa adotada para a realização da coleta de dados junto a estes trabalhadores-imigrantes foi pautada na observação participante *insider* e *outsider*, sob inspiração da obra de Elias e Scotson (2000). Durante a pesquisa de campo realizada no referido centro comercial, deparamo-nos com situações marcadas pela informalidade nas relações de trabalho e pela vulnerabilidade social do imigrante, características essas que exploramos ao longo da exposição desta pesquisa. Deste modo, buscou-se compreender as particularidades da exploração da força de trabalho destes imigrantes em condição de vulnerabilidade social e econômica, inseridos dentro do processo da informalidade no trabalho.

Privilegia-se nesta pesquisa o diálogo entre o pré-taylorismo e o trabalho dito moderno, realçando ontologicamente as duas vertentes de exploração do ser social contemporâneo. Questiona-se a alta modernidade frente ao trabalhador invisível e massificado.

Tal percepção nos levou a adotar a expressão *proto*, “embrionário”, para definir os sujeitos deste objeto de estudo, qualificando-os de forma análoga à escravidão. Considerando que a definição de trabalho escravo na atualidade não está fundamentada apenas na restrição forçada à liberdade, mas também nas condições degradantes de

¹ O bairro do Brás, na cidade de São Paulo, é conhecido pela conglomeração de uma vasta diversidade cultural. Situado na zona leste de São Paulo, cresceu e se desenvolveu com a chegada dos migrantes nordestinos. Atualmente é tido como um dos principais centros comerciais populares “um cenário a céu aberto”. Na década de 1990 ampliou-se a sua heterogeneidade cultural incluindo comunidades africanas que compõem uma das partes dos agentes sociais (sacoleiras, guias e trabalhadores manuais) do bairro permeado por traços de solidariedade e de preconceito, de receptividade e de segmentação do espaço produtivo, de estabilidade e de exclusão.

trabalho, como nos lembra Figueira (2004), Silva (1995), Brito Filho (2006) e Garcia (2007) nos seus estudos sobre a escravidão por dívida, que será abordada no terceiro capítulo.

Deste modo, com vistas ao entendimento desta realidade vivida por imigrantes africanos no Brasil, a opção metodológica para a coleta do material empírico pautou-se na observação participante *insider*² e *outsider*. Por meio da observação *insider*, “o pesquisador adota temporariamente o estilo de vida do próprio grupo que está sendo pesquisado, compartilhando com esses trabalhadores a mesma condição de trabalho. (BONI E QUARESMA, 2005. p.71).

A partir deste primeiro momento da pesquisa, mediante uma reflexão sobre os procedimentos metodológicos até então adotados, ponderou-se que seria necessário estabelecer um distanciamento maior do objeto da pesquisa. Assim, decidiu-se por outra estratégia metodológica, qual seja: a pesquisa participante *outsider*, na qual o pesquisador se coloca como membro externo à comunidade e realiza entrevistas em profundidade com os sujeitos da pesquisa.

O roteiro da entrevista utilizado neste segundo momento da pesquisa buscou auxiliar na organização da interação social na conjuntura da coleta do depoimento. Além disso, o estabelecimento de um clima amistoso entre pesquisador e entrevistados foi importante para o maior detalhamento das informações relevantes para a pesquisa.

Assim, o quadro abaixo reúne o total de trabalhadores-imigrantes ouvidos pela pesquisa, buscando apresentar algumas características socioeconômicas dos trabalhadores braçais, bem como dos administradores da empresa em questão, tais como, idade e escolaridade.

Foram entrevistados 8 (oito) trabalhadores braçais, uma cozinheira que também exercia a função de telefonista e uma sacoleira da mesma faixa etária. O proprietário negou-se a conceder entrevista, alegando indisponibilidade e incompatibilidade do tempo devido aos encargos administrativos.

² Tipo de pesquisa baseado nos estudos do Norbert Elias e John Scotson: *Os estabelecidos e Outsiders*. A obra aborda a pequena comunidade industrial urbana, de nome fictício Winston Parva, no sul da Inglaterra. A vida entre dois grupos é a relação de poder “status” por parte dos estabelecidos “insider”- os de dentro e os Outsider, considerados como de status inferior, Outsiders - os de fora. Atualmente muitos estudiosos usam a mesma dicotomia entre os grupos para pesquisas participantes. (Elias, Norbert 2000).

Tabela 2.1 – Características dos entrevistados

Nomes fictícios	Idade	Escolaridade	País de origem	Tipo de trabalho
Márcio	34	Ensino médio	Guiné- Bissau	Trabalhador braçal
Felipe	26	Ensino médio	Angola	Trabalhador braçal e porteiro
Cardoso	29	Ensino médio	Angola	Guia de compras
Sônia	45	Ensino Fundamental	Angola	Sacoleira
Djonsa	30	Superior incompleto	Guiné - Bissau	Trabalhador braçal e “presidente do sindicato”
Amadu	34	Ensino fundamental	Senegal/Angola	Trabalhador braçal
Corintiano	29	Ensino fundamental	Angola	Trabalhador braçal e almoxarife
Suncar	31	Ensino fundamental	Guiné-Bissau	Cozinheira e telefonista

A pesquisa, de caráter qualitativo, nos permitiu entender “o fenômeno da pesquisa, a partir da perspectiva dos próprios participantes da situação estudada (NEVES, 1996, p.1)”. Tais estratégias metodológicas possibilitaram o acesso a um conjunto de informações, contextualizadas por meio das palavras dos próprios sujeitos e das suas perspectivas de vida e em relação ao trabalho.

As novas formas de emprego e as situações de submissão no mundo do trabalho levam a considerar a realidade destes trabalhadores-imigrantes como uma situação análoga à escravidão. Contudo, não se configura pela mesma ordem jurídica e política que ocorria no regime escravocrata no Brasil. A conjuntura vivida por este segmento de trabalhadores, sob os quais se debruça esta pesquisa, é de intensa exploração, altas jornadas do trabalho e vulnerabilidade socioeconômica ampliada, conforme buscaremos

apresentar.

Esta dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro contém a apresentação do objeto de estudo e os procedimentos do campo, método do trabalho e a trajetória de vida dos sujeitos de pesquisa. No segundo, discute-se a precarização do trabalho, os paradoxos da globalização e a informalidade contratual. Por fim, apresenta uma análise histórica conjuntural da política do país de origem dos imigrantes para o cenário da globalização do mercado, buscando a compreensão deste novo ser social nos labirintos na globalização.

3 A empresa, os trabalhadores-imigrantes e a organização do trabalho

A recessão econômica da década de 1970 trouxe consequências importantes para a atualidade, cujo desemprego tanto no plano nacional como internacional constitui-se numa tendência nas escolhas de novas oportunidades de vida de milhares de imigrantes, principalmente quando há ausência do papel do Estado para suprimir as dificuldades e a pobreza.

O capitalismo em escala global mudou significativamente. E em principal teor a partir da crise estrutural dos anos 1970, que se deu a partir do início da queda tendencial da taxa de lucro, fazendo com que houvesse forte reestruturação produtiva do capital nas últimas décadas.

Desde então, vivencia-se um momento crucial e particular do capitalismo. Ao mesmo tempo desenrola-se também um processo de precarização da força de trabalho, marcado pela tendência, da parte do capital, em “informalizar”, terceirizar, subcontratar, destruir os direitos e conseqüentemente ampliando-se “um bolsão de desempregados”. Eis, portanto a utilização da força de trabalho com um ritmo intensivo que mescla o rústico, o manual e o informal, dialogando para além da área industrial fabril.

Levando em conta que o objetivo deste trabalho é avaliar uma parcela da população trabalhadora oriunda de países africanos, que realiza trabalho braçal no município de São Paulo, as análises realizadas pela pesquisa foram fundamentadas por meio do trabalho de campo, em que foi vivenciada a experiência de trabalho dos imigrantes, bem como foi verificado também as experiências de outros trabalhadores-imigrantes, ouvidos pela pesquisa.

3.1 A empresa *Afric import & export trading*

A empresa *Afric import & export trading*³ pesquisada, localiza-se no bairro do Brás, em São Paulo, atua há nove anos no ramo de despachos em exportação de produtos do Brasil para Angola e para outros países africanos.

Iniciou sua atividade comercial em 2001, enviando pequenas encomendas para amigos e familiares em Angola. Nesse período, a empresa vivencia crescimento pautado na ampliação da relação de confiança e reciprocidade junto à comunidade africana que vem ao Brasil realizar suas compras. A empresa iniciou a sociedade entre três amigos, sendo um deles oriundo de Guiné-Bissau e os outros dois vindos de Angola. As trajetórias de vida dos proprietários, assim como dos trabalhadores braçais, em parte, são muito parecidas, pois se refugiaram no mercado informal para suprimir temporariamente as crises financeiras nos países de origem.

Apesar da crise econômica mundial de outubro de 2008⁴, no período da pesquisa a empresa contava com aproximadamente vinte funcionários, os quais cumpriam a exigência de disponibilidade integral à empresa, expressa pela convocação em dias e horários não estabelecidos previamente, isso para atender clientes inesperados. Além da matriz onde realizamos a coleta dos dados, a *Afric import & export trading* tem uma filial no mesmo bairro, contando com oito trabalhadores, sendo que destes, seis são trabalhadores braçais e dois supervisores.

A empresa matriz está instalada em um galpão com 320 m², no qual o trabalho é feito em três equipes de trabalhadores braçais, que exercem suas funções simultaneamente e em sistema de revezamento:

³A denominação do nome da empresa *Afric import & export trading* é fictícia.

⁴A crise no mercado hipotecário dos EUA é uma decorrência da crise imobiliária pela qual passa o país, e deu origem, por sua vez, a uma crise mais ampla, no mercado de crédito de modo geral. O principal segmento afetado foi o de hipotecas chamadas de "subprime", que embutem um risco maior de inadimplência. Porém, se a ponta (o tomador) não consegue pagar sua dívida inicial, ele dá início a um ciclo de não-recebimento por parte dos compradores dos títulos. O resultado: todo o mercado passa a ter medo de emprestar e comprar os "subprime", o que termina por gerar uma crise de liquidez (retração de crédito). Por isso o pessimismo influencia os mercados globais. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/.../ult91u421556.shtml Acesso em: 11 jul.2008.

Equipe 1- vistoria os produtos e empacota;

Equipe 2- transporta volumes (caixas) em carrinhos de mão para o caminhão; e

Equipe 3- carrega/descarrega caminhão.

A sequência de tarefas necessárias para completar este serviço de transporte de carga se inicia, portanto, dentro do local de trabalho. Na empresa, enquanto os clientes (as “sacoleiras”) tratam de assuntos burocráticos, como o pré-despacho, com o supervisor da área logística, um trabalhador braçal será responsável por anotar cautelosamente e contabilizar rapidamente as quantidades e os tipos de produtos que estão sendo acondicionados nas caixas.



Figura 3.1 - Sacoleiras chegando com as cargas no interior do galpão da agência transportadora de cargas.

Após alguns trabalhadores vistoriarem os produtos das sacoleiras, comprovando ausência de produtos ilícitos ou entorpecentes, uma equipe deverá empacotar as caixas, lacrando-as com fita adesiva nas extremidades. Nesse processo, alguns trabalhadores permaneciam agachados e ou ajoelhados, outros pesavam os volumes e escreviam o nome das sacoleiras nas respectivas caixas de mercadorias, de forma codificada.

Na sequência, outra equipe, composta de duas ou três pessoas, transporta os volumes do interior da empresa para o caminhão. Do lado de fora, encontram a terceira

e última equipe, que é a dos carregadores de caminhão, responsáveis exclusivamente por levantar os pacotes, colocando-os no caminhão.



Figura 3.2 - Trabalhador manual vistoriando mercadorias trazidas pela sacoleira.

Esta divisão de tarefas funciona em uma espécie de rotatividade simultânea, uma vez que o carregamento exige muita força física, com isso cada equipe exerce necessariamente a função de carregadores de caminhão em média duas vezes por semana, e assim sucessivamente trocam de funções. Ao final do carregamento os trabalhadores são liberados um a um para almoçar, tendo que gastar trinta minutos, tempo insuficiente até mesmo para a digestão. Geralmente, a cada quinzena são transportadas de seis a oito toneladas de produtos têxteis ou variados, que antes passam por uma série de vistorias, configurando um processo de trabalho extremamente repetitivo, estressante e que exige muito vigor físico, já que os volumes pesam aproximadamente 180 a 280 quilos.

Tratando-se de uma segunda vistoria pela alfândega, quando os trabalhadores terminam o descarregamento no aeroporto, os fiscais alfandegários entram em cena, e junto com eles vêm as máquinas (magnético do raio-X), vistoriam novamente as caixas (volumes). Quando suspeitam da existência de algum produto ilícito, obrigam os funcionários a desfazer as caixas, olhando peça por peça. Há situações em que esta vistoria se estende até a madrugada e dura, em média, duas horas.

No decorrer desses procedimentos no aeroporto, os trabalhadores permanecem sentados sob as árvores, aguardando sua vez. Quando deferida a vistoria, o supervisor avisa os trabalhadores braçais e esses retomam o carregamento. Voltam a carregar novamente todas as caixas, organizando-as no interior do caminhão.

A reposição de volumes feitos no veículo destinado ao transporte de cargas pesadas exige também muita paciência destes trabalhadores, porque se as caixas forem colocadas de forma incorreta, o supervisor os obriga a desfazer e refazer o trabalho. Caso não haja nenhum problema, os fiscais fazem o lacre dos volumes que seguirão para Aeroporto do Rio de Janeiro, de onde partem os voos para Angola⁵.

Os trabalhadores que exercem esta atividade são amigos ou conhecidos dos proprietários da empresa, ou indicados por conterrâneos, geralmente com visto de entrada de turistas. Assim, conforme buscaremos mostrar na presente pesquisa, este critério de contratação com base na origem e na indicação cria um ambiente propício à “legitimação” de relações de trabalhos informais, acarretando numa maior cobrança de empenho e disciplina no trabalho.

Essas pessoas são jovens na faixa etária de 24 a 35 anos, predominantemente com escolaridade equivalente ao ensino fundamental ciclo I (1º ao 5º ano), alguns poucos completaram o ensino médio ou técnico. Estas pessoas trabalham para o sustento diário, ou para custear em parte os estudos, somados à ajuda advinda de familiares que, por sua vez, também atuam no mercado informal no exterior, especialmente na Europa. Os conceitos de trabalho e imigração carregam consigo referência do sentido da precarização, como analisa Mattoso:

Esta expansão da insegurança do trabalho se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança de renda, insegurança na contratação e insegurança na própria representação do trabalho (MATTOSO, 1995, p. 77).

Essas especificidades embutem características do imigrante na procura pela inserção social, compatível com o perfil da comunidade inquirida em São Paulo. São de nacionalidade Guineense e Angolana, embora eventualmente haja poucas pessoas de

⁵ No anexo consta as imagens da empresa *in loco* e dos trabalhadores exercendo as suas funções.

outras nacionalidades, contudo, sempre vindos de países da África, como Senegal, situado na costa ocidental da África. Os mesmos moram relativamente há poucos anos, ou temporariamente no Brasil. Seu destino futuro é, preferencialmente, seguir a vida na Europa. Mesmo entre os que permanecem em São Paulo, buscam sempre outro emprego melhor. Como realça Heidemann:

O mundo contemporâneo parece ter criado na sua crise uma nova condição humana “o homem flexível” sujeitado plenamente ao ideal do valor de troca. Atendendo as imposições sociais formam-se flexi-identidades para as condições de vida precárias. Enquanto o migrante mobilizado “de antigamente” ainda podia sonhar com a volta para o lugar onde o seu cordão umbilical estava enterrado, o migrante flexibilizado do mundo contemporâneo assumiu o “anything goes” e “goes” e “goes”, andando sem saber bem para onde. Mais ainda do que o mobilizado, o errante da flexibilização perde pontos de fuga e redes de salvação. No mundo do sujeito flexibilizado, o indivíduo em si, vê cada vez menos motivos de se relacionar com outros se não for com extrema insegurança. Os flexibilizados são explorados sem solidariedade, solitários estressantes com medos e paranóias (HEIDEMANN,2003, p.3).

Consideramos no presente estudo o migrante africano como um trabalhador do mundo, que parte em busca da sobrevivência. Assim sendo, esta é a razão principal para virem ao Brasil, embora haja outros fatores relacionados à política de cada país e que podem influenciar na imigração, como conflitos⁶, regionais ou político-sociais.

Durante as entrevistas foi possível apreender que nenhum deles planeja voltar ao país de origem em curto prazo, pois a expectativa do retorno baseia-se na recuperação econômica dos seus países, por isso aguardam apreensivos a configuração de um retorno para o país de origem.

O retorno está na espera, ao menos em teoria, de uma eventual mudança de contexto político-econômico, um retorno provável ao

⁶Atualmente, no Brasil, existem 4.183 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro, esses refugiados são provenientes de 76 países diferentes, segundo dados do CONARE (Comité Nacional para Refugiados). A maioria deles veio da África e o maior grupo é de Angola, são 1.688 pessoas que fugiram da guerra civil em seus países nos anos 1990 e representam 39% do total.

Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/refugiados-Angolanos-exibem-cultura-africana-em-sao-paulo/> Acesso em 18 Dez. de 2009.

statu quo ante ou, no mínimo, uma modificação que seja radical e, evidentemente, no sentido que se estima favorável, considerada positiva, que se considera responsável pela expatriação (SAYAD, 2000. p.23).

Deste modo, levando em consideração este retrato da trajetória de imigrantes africanos no Brasil, é necessário analisar que a forma da organização do trabalho no interior da empresa em questão viabiliza a permanência destes trabalhadores por meio da vigilância e da dominação.

3.2 A organização do trabalho: o trabalho imigrante sob vigilância

Para compreender como o trabalho se organiza, é importante ampliar a nossa compreensão para além do galpão de empacotamento e do transporte ao aeroporto, buscando destacar os meios de controle e vigilância empregados pela administração da empresa.

Dentro e fora da empresa estão instaladas câmeras, reprodução de uma espécie de “*reality show*” que permanentemente acompanha os funcionários e permite que o supervisor monitore qualquer irregularidade no serviço. Há, para além do discurso da qualidade da supervisão, a desconfiança de que os carregadores poderão roubar as mercadorias.

Segundo Foucault (1987), o sistema de controle ocorre desde a antiguidade. Na nossa sociedade a vigilância contínua está mais ampliada e atinge todos os ramos da sociedade, os indivíduos, as empresas e os espaços públicos. Com monitoramento, os gerentes das empresas controlam os seus trabalhadores em tempo real. Desta forma eles vigiam, disciplinam e ordenam a vida dos trabalhadores, como aponta a análise da realidade destes trabalhadores-imigrantes aqui estudada.

Ainda, a parte superior do edifício abriga a área administrativa da empresa *Afric import & export trading*, local geralmente ocupado pelos sócios e pelo gerente financeiro. A estrutura da empresa, com a parte administrativa acima do galpão, é comparável ao Panóptico⁷ de Bentham, pois permite visualizar todo o processo do

⁷Jeremy Bentham é o pioneiro da palavra “*panopticon*”. Ele concebeu o panóptico (sistema de vigilância) no século XVIII. Era um projeto de prisão modelo para reformar encarcerados. Também foi

trabalho. Na atualidade este modelo passa a ser compreendido, de acordo com Foucault (1987):

De modo a impor o controle, na atualidade, o esquema panóptico está sendo utilizado onde tiver uma multiplicidade de indivíduos, mormente onde se deve impor uma tarefa ou um comportamento. A disciplina do corpo, nesse caso impõe o controle rigoroso, aos “encarcerados” de modo a evitar infrações, roubos ou distrações nas suas tarefas impostas, por isso se mantêm atentos num estado consciente de serem vigiados (Foucault, 1987, p. 178).

Tais receios acompanham a vida dos trabalhadores braçais dentro da empresa, onde estão sempre sendo observados. É comum tentarem “escapar” das horas extras solicitadas de última hora. Não obstante, para a empresa tal atitude representa desacato ou infidelidade em relação ao espaço de trabalho, por parte do funcionário.

Neste íterim é possível constatar que as câmeras e o guardião “porteiro ou proprietários”, sustentam uma relação de poder, aqui compreendida como forma de dominação sobre os trabalhadores.

Para que o poder torne-se dominação, ou seja, para que este seja consentido, é necessário, além destes meios de vigilância possibilitados pela própria estrutura física da empresa, a elaboração de discursos de legitimação da exploração no interior deste mundo do trabalho investigado. Neste sentido, a presença de um pastor da igreja evangélica, conhecido como “*expert*” ou “*manager*”, pessoa de confiança dos proprietários, na função de administrador da empresa, é muito importante, isso porque há a imposição da sensação do diálogo entre as partes.

Este pastor acompanha de perto o trabalho no galpão. Momentaneamente conversa com os trabalhadores para incentivá-los a trabalhar, divulgando sua visão de que, “o servo de Deus é aquele que exerce o seu trabalho árduo com a dignidade”. A participação ativa do pastor evangélico no interior deste sistema de exploração do trabalho braçal de imigrantes africanos, por meio do discurso religioso, nos remete à análise de Weber (2001) acerca da função social da religião, posto que a salvação da alma e a recompensa divina estão intimamente condicionadas ao espírito empreendedor do labor. E reforça-se, por um lado, a cumplicidade em troca de “bônus” e, por outro, pela recompensa divina.

um plano para todas as instituições educacionais, de assistência e de trabalho (Foucault, 1987, pg. 177).

Em vista da exploração do trabalho de imigrantes africanos aqui observados, verifica-se que não só o discurso religioso busca moldar um comportamento reverente à autoridade e à exploração do trabalho, como também a filosofia da empresa da “divisão do bolo”, induzem os trabalhadores a se empenharem mais com vistas ao aumento da produtividade. Assim, buscam contribuir para que o lucro aumente, o que acarretaria em um reajuste salarial.

Enquanto o “bolo não cresce”, os trabalhadores braçais seguem cotidianamente no trabalho, permanecendo cada vez mais invisíveis ao sistema administrativo e recebendo parcos salários que os levam ao endividamento constante.

Além destes mecanismos, outro controle utilizado para assegurar o cumprimento das regras são os diferentes tipos de punições. De acordo com a análise de Foucault (1987), no regime absolutista a punição era muito mais corporal do que na atualidade. Na contemporaneidade as formas punitivas adquirem um sentido mais “disciplinar”, aparentando menor agressividade em comparação com as formas de controle do passado.

Entre os trabalhadores-imigrantes ouvidos pela pesquisa, a disciplina do trabalho é conquistada, em partes, por punições de ordem moral e econômica. Por exemplo, caso ocorra atraso para retornar ao trabalho, os trabalhadores são penalizados com descontos nos seus salários, ofensas pessoais, uso de palavras de baixo calão, chegando até mesmo a ter demissões. Situação que se apresentou bastante frequente no decorrer da pesquisa de campo.

Se o demitido quiser ser readmitido no trabalho, este terá que implorar, convencendo o gerente de que não voltará a cometer tal "desacato". Certamente, enquanto para o capitalista, o trabalhador nunca se desvinculou das suas angústias e agonias, como demonstra Engels:

São certos maus tratos cometidos aos trabalhadores que não deixam de se assemelhar a um assassinato. Exemplo do que aconteceu na Inglaterra, na época da revolução e após a revolução industrial, que virou um efeito contagioso em todo mundo, onde a sociedade comete todos os dias e todas as horas este assassinato social, que coloca os trabalhadores numa situação que eles não podem nem conservar a saúde, nem viver muito tempo, que mina pouco a pouco a existência dos operários e, assim, leva-os ao túmulo antecipado (ENGELS, 2002, p. 115).

Ou seja, estes trabalhadores-imigrantes vivenciam relações de trabalho baseadas no trabalho informal ou atípico, como define Vasapollo (2006) nas suas análises sobre a precarização do trabalho na Itália. O trabalho atípico é compreendido por este autor como diferente em relação ao *trabalho padrão*, desprovido de uma ou mais características em relação ao trabalho efetivo; regime temporário e principalmente por prestação de serviços com características fundamentais na insuficiência da tutela formativa e contratual.

Dito de outra maneira, a ausência da formalidade contratual e o seu padrão é o que define o atípico. Deste modo, levando-se em consideração essa forma atípica de inserção, no próximo capítulo buscaremos analisar algumas características da experiência destes trabalhadores africanos em São Paulo, como a forma de remuneração, o controle do tempo de trabalho e a condição de ilegalidade destes imigrantes.

4 O trabalho dos imigrantes em tempos de precarização

Discussões a respeito do mundo do trabalho nos remetem à questão ontológica do ser social que produz e faz dele um ser distinto.

Entendemos que, nas sociedades capitalistas os meios e os fins estão correlacionados entre o sujeito e o objeto, na qual o resultado dos nossos projetos dependem necessariamente de *prefiguração* (planejamento ou forma arquitetada) do ser que produz. Como se pode observar, nos tempos da precarização a metamorfose das formas produtivas apresenta conotação de modo inconsciente à submissão ou à dominação, entre os demandantes do emprego e os proprietários. Contudo, a predisposição da lógica do capital necessita da manutenção dessa relação de dependência.

4.1 Os salários e as fugas às horas extras

Considerando o contexto da precariedade do serviço prestado, a descrição de algumas características deste trabalho vivido pelos imigrantes africanos no bairro do Brás, em São Paulo, é possível tecer uma análise acerca da questão do tempo de trabalho e das formas de remuneração.

Se o mundo do trabalho vivia sob o modelo fordista de produção, hoje no mundo moderno e globalizado demanda um trabalhador que precisa ser ao mesmo tempo o mais produtivo e descartável possível. Neste sentido, num primeiro momento, buscaremos discutir a questão do *consumo eficiente* desta força de trabalho, na perspectiva dos empregadores, via exploração ampliada do tempo de trabalho.



Figura 4.1 - Trabalhador manual embalando a caixa de papelão.

Na empresa *Afric import & export trading*, o expediente começa às 08h00 e segue até as 18h00, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, o horário de funcionamento vai das 08h00 às 16h00. Contudo, após este horário de trabalho regulamentar, seguem as horas extras que asseguram essa exploração ampliada do tempo de trabalho, contra a qual muitos trabalhadores resistem, negando-se a fazê-la, em partes porque consideram que não são pagos devidamente, como aponta o trecho do depoimento abaixo:

Horas extras fica só no papo (...) mesmo ruim, não é pago, às vezes pagam cada hora extra por R\$2,00. Estou aguardando até agora o meu salário, fez 6 meses de atrasos já... Estive lá um dia desses, porque um colega meu falou que pagaram dois meses, equivalente a R\$700,00, aos trabalhadores que estiveram naquele dia, mas como afastei, em forma de protesto, o financeiro alegou que, a pouca quantia que tinha era só para os que estavam no exato momento. Já que não posso me queixar dele, a única forma é pegar a chave no carro dele, pra recuperar o salário.
(Marcio/ carregador, 04/08/2009).

Essa realidade denunciada pelo depoente acima mostra que, a despeito da legislação brasileira prever o direito a descanso remunerado, com jornada de trabalho de 44 horas semanais, férias remuneradas e anuais, os trabalhadores informais da empresa analisada se encontram às margens destes direitos.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), artigo 7º do inciso XIII, reza que o direito dos trabalhadores urbanos e rurais com relação à duração do trabalho normal,

não pode ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. O inciso VI do mesmo artigo focaliza a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

Diariamente, ao terminar o expediente do “tempo normal”, os trabalhadores saem do “galpão de serviço” às escondidas, tentando driblar o porteiro e os proprietários. Um a um, de modo a não chamar atenção, retiram-se do galpão para não serem obrigados a fazer horas extras, visto que as sacoleiras não têm previsão de chegada. Com isso os trabalhadores teriam que estar sempre à disposição para receber os clientes por tempo indeterminado.



Figura 4.2 - Trabalhadores manuais executando as suas tarefas.

Durante o dia, no interior da empresa, todos são obrigados a cumprir as suas funções devidamente, sem horário de descanso. Ou seja, na realidade é estabelecido o começo do expediente, mas não efetivamente o horário do término, isso porque se tiver carga chegando, as horas extras asseguram a expansão do tempo de trabalho. De acordo com um dos entrevistados, a exigência de cumprir essas horas extras:

“não correspondem àquilo que merecíamos, por exemplo, uma vez carregamos caminhão até 22 horas e o tempo não foi suficiente para

encher o caminhão. (...) Demos a pausa, fomos para casa, e no dia seguinte voltamos para concluir o carregamento às 07 horas da manhã. Mesmo assim, os que chegaram atrasados foram ameaçados por demissão, devido ao atraso. (...) Fala-se das horas extras, mas o comum nessa empresa é trabalhar além do tempo normal do expediente, teoricamente cada hora extra seria R\$ 10,00, mas na verdade, nunca foi cumprida. Às vezes ofereciam R\$5,00 por 3 (três) horas e um lanche. pagavam horas extras, embora em menos valor, mas eram remuneradas juntamente com o salário mensal, que era de R\$ 400,00, isso no ano de 2006, para os trabalhadores braçais. Tudo funciona de qualquer jeito. Por isso, muitos trabalhadores abandonam o trabalho quando surgem propostas ou convites dos amigos, e a grande maioria se emigram para a Europa.”
(Márcio/ carregador, 04/08/2009).

A forma de pagamento dos trabalhadores é feita pessoalmente e de forma improvisada, assim como os contratos. Com exceção de cinco trabalhadores, inclusive os gerentes e supervisores. O salário pago é um salário mínimo, dizem que há quem ganhe mais, segundo um dos entrevistados, mas este não soube explicar o motivo, embora frisasse que pelo fato do almoxarife ter carteira de trabalho assinada, provavelmente deve ganhar mais. O mesmo entrevistado explica ainda que os amigos e confidentes dos proprietários têm nível salarial maior que o dos braçais, embora o gerente financeiro não revele os salários da área administrativa e também se abstenha quando se trata da questão da assinatura da carteira de trabalho.

No dia do pagamento na empresa *Afric import & export trading* as filas são formadas no escritório. Um por um sobe até a sala do financeiro e recebem os envelopes, contendo nome dos trabalhadores, cada um recebe o seu e volta às suas funções nas equipes de trabalho.

O desempenho, a força física e a capacidade intelectual não são equivalentes ao seu salário, porque o salário não é pago pelo empenho, mas sim por afinidade, simpatia, companheirismo. Porém, é comum chegar um novo trabalhador, inicialmente exercendo as mesmas funções, com o mesmo empenho e esforço físico, mas conta com a “afinidade” dos donos para subirem de cargo, deixando de atuar exclusivamente como trabalhador braçal. Assim, o que se verifica é a luta constante dos trabalhadores para se tornarem supervisores ou almoxarifes.



Figura 4.3 - Um dos supervisores codificando os volumes (produtos) após o despacho.

Observou-se por meio da pesquisa realizada que não existe respeito aos direitos dos trabalhadores. Os salários são pagos, invariavelmente, com atraso, embora a empresa produza muito⁸. Mas, além destas irregularidades com relação à forma de remuneração do trabalho, estes imigrantes também vivem uma situação de total desproteção social, conforme mostra o depoimento de um dos entrevistados:

“Já presenciei casos de lesões de colegas no trabalho, e comigo não foi diferente, tive que parar no médico. Há dois anos dava-se dinheiro para fazer tratamento em casos de cortes gravíssimos, mas agora a situação está piorando a cada dia, cada um tem que se virar, procurar posto de saúde, enfrentar a fila e geralmente [é] demorado. E no caso da falta, no dia seguinte, tu tens que apresentar atestado médico. É triste, porque a própria empresa poderia providenciar seguro saúde pra gente.

(Djonsa, 02/fevereiro/2009).

⁸ Antes da crise eram transportadas 4 (quatro) toneladas de produtos semanais - , e com a crise econômica a produção reduziu para 4 (quatro) toneladas mensal.

A experiência deste trabalhador dentro da *Afric import & export trading* mostra que o fato da agência solicitar a carteira de trabalho para o funcionário, não lhes assegura o registro. Djonsa entrou no serviço sem os documentos necessários e passou 30 meses sem a carteira de trabalho. Mas, segundo ele, mesmo que tivesse com a carteira de trabalho em mãos provavelmente o procedimento seria indiferente, pois muitos entregaram a carteira muitos meses antes e estas são devolvidas aos trabalhadores sem terem sido assinadas.

Diante desta realidade complexa de vulnerabilidade, estes trabalhadores ficam sem os salários, restritos de qualquer informação, sobretudo a respeito de atraso e isso se repete sucessivamente. Em constante rotatividade, entram trabalhadores e saem trabalhadores, e a situação de informalidade se renova entre esse coletivo de imigrantes africanos no Brasil.

4.2 Ilegalidade e exclusão

A pesquisa conta com a contribuição oral dos trabalhadores, que relataram as suas trajetórias de vida, a começar por Márcio, ex-trabalhador braçal da empresa transportadora de cargas. Este imigrante africano chegou ao Brasil pela própria opção, pelo estilo de vida que a cidade de São Paulo oferece. Com alguma quantia em dinheiro acumulada, o pedreiro/ supervisor da obra investiu em se aventurar contando, em parte, com ajuda financeira da mãe, funcionária pública. Indicado por colegas e conterrâneos, logo que chegou procurou a agência *Afric import & export trading*. Segundo depoente, era uma das formas mais fáceis para se inserir no mercado de trabalho, uma vez que se encontrava na situação de ilegalidade.

Segundo CACCIAMALI (2000) é comum o contrato ilegal entre imigrantes. E muitos estudiosos vêm usando o setor informal ao se referirem à relação produtiva não estabelecida dos proprietários e trabalhadores nas unidades produtivas de micro ou pequeno porte. Tanto no âmbito das regras ilegais como nas tarefas executadas. Portanto, o termo “setor informal” é aqui empregado para se referir a todas as formas precárias e rudimentares de trabalhos manuais assim como as formas de contrato. Desta maneira entende-se que são estes desprovidos do cumprimento à lei, visto que burlam o

pagamento de impostos.

A priori, trabalhar nesta agência é viável para esses imigrantes, visto que não se exige a regularização no país, sendo compatível, portanto, com a realidade de quem está desprovido de qualquer documentação que lhe permitisse se inserir no mercado de trabalho legalmente. Ainda segundo o entrevistado, o mesmo acontece com a maioria dos conterrâneos que chegam a São Paulo, e acabam usando o trabalho informal como uma possibilidade concreta para a sobrevivência. Porém, a facilidade de encontrar este tipo de emprego na agência não é garantia financeira, conforme aponta o trecho abaixo:

E no meu caso não foi diferente, o sonho de arrumar uma vida normal, fica simplesmente no sonho, não aconteceu de forma alguma: trabalhei sempre até as últimas horas, fiz dois anos e meio, e [estou] com atraso de seis meses de salário, olha para as minhas mãos... cheia de calos num espaço de dois anos.
(Márcio/ carregador, 04/08/2009).

O salário ganho não permite ajudar os familiares no país de origem, embora Márcio tenha chegado a mandar presente de Natal para um sobrinho, no valor de R\$ 60,00, pois a reciprocidade é um valor em alta, conta na cultura africana. A situação de muitos jovens guineenses e angolanos que atravessam o Atlântico à procura de uma alternativa de vida, é marcado por muitas aventuras e imprevisibilidades, as quais podem redefinir os sonhos. Neste sentido, Márcio conclui seu testemunho acerca das formas de remuneração deste trabalho afirmando que:

“Realmente, o que faz com que os trabalhadores continuem neste emprego, [são as] dificuldades nos nossos países. Estou aqui para batalhar e tentar ajudar os meus familiares. Não tem alternativa de emprego, tenho que fazer isso com a minha dignidade, [pois] não vou roubar. O pior é quando o salário não for pago, porque mesmo que seja pouco, mas se cumprem com as suas palavras (...), de pagar na hora certa, seria menos prejudicial para quem trabalha, dessa forma, os atrasos de pagamento aos funcionários mexe muito com a cabeça da gente (...), é uma vergonha, com toda essa humilhação e a gente ainda fica endividado o tempo todo”
(Márcio/ carregador, 04/08/2009).

A despeito da diversidade de motivações migratórias, os motivos conflituais,

sejam eles coloniais (da independência), regionais, exemplo de Angola⁹, civis ou político-militar, somado à estagnação do aparato governamental que acontece nos países africanos hoje, talvez estas sejam as principais causas desta emigração africana contemporânea. Estes países estão retomando muito lentamente à normalidade do cotidiano, pois não há um esforço significativo dos líderes, que se ausentam quase totalmente da responsabilidade para com os seus concidadãos, tornando-lhes “desfilados”¹⁰, à mercê do trabalho indigno.

Neste sentido, a trajetória de Antônio, solteiro, que aos 28 anos de idade, trabalhou por três anos na empresa em questão, revela aspectos importantes da experiência de trabalhadores-imigrantes, na condição de refugiado, já que estes gozam, em tese, dos mesmos direitos de um cidadão brasileiro.

De acordo com Antônio, sua vinda para o Brasil foi custeada, com visto de turista, pela sua irmã.. Após o vencimento do visto, os amigos lhes sugeriram para que fosse à *Cáritas*¹¹ pedir refúgio. Embora não tenha conseguido na primeira vez, na segunda foi assistido por essa instituição da Igreja Católica, obtendo a carteira de trabalho bem como outros benefícios de refugiado. Porém, enquanto aguardadas as providências burocráticas, a casa do migrante cumpre a sua função que é de acolher, em forma de hospedagem esses imigrantes, dando-lhes a chance para que possam reconstruir de forma estável os laços de pertença efetiva a um novo grupo¹².

⁹ Após a independência Angolana, em 11 de novembro de 1975, a Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC), reclamando o direito à independência do território devido às diferenças culturais e econômicas e por historicamente não fazer parte do território de Angola, empreendeu luta de guerrilha visando a libertação. A guerra terminou oficialmente no ano de 2002, com a morte de Jonas Savimbe.

Os assuntos sobre a crise política de Angola estão em: BAPTISTA, Dulce: **Migração na metrópole: o caso dos Angolanos em São Paulo**. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1070.pdf . Acesso em 19 fev.2009.

¹⁰ Termo usado por Robert Castels (1998) para denominar a situação de desfiliação social daqueles que se encontram em situação de desemprego.

¹¹ Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e faz parte da arquidiocese do Rio de Janeiro. A *Cáritas* trabalha na assistência aos refugiados no Brasil, iniciado na década de 70, inspirado pelos princípios de solidariedade e respeito aos direitos humanos, e de garantir a vida digna e proteção, sobretudo aos grupos marginalizados, que por natureza necessitam de maior assistência e cuidado. O trabalho abrange diversos programas sociais, como: atendimento a refugiados e solicitantes de refúgio, e a integração social. Este programa é fruto de uma parceria com alto comissariado das Nações Unidas para refugiados (ANCNUR). Disponível em www.acnur.org/.../festa-no-rio-para-comemorar-o-dia-mundial-dos-refugiados . Acesso em 04 abr.2009.

¹² No anexo constam os dados da casa do migrante obtido durante a pesquisa de campo nessa instituição e em forma de distribuição proporcional dos países ou continentes que tiveram passagem na casa do

Diante deste apoio, conseguiu-se resolver toda a parte burocrática da legalização e dos pequenos comércios, de cabelos humanos e chinelos, que asseguraram uma renda maior ao empregado. Era mais viável trabalhar por conta própria do que para a agência.

Após um ano, o ex-funcionário da empresa acumulou uma quantia que lhe deu uma estabilidade maior, comparada às épocas de extrema dificuldade financeira. O mesmo não ocorreu com alguns de seus amigos, que também tentaram o refúgio, não foram deferidas algumas solicitações na época porque, de acordo com a instituição, estes não apresentavam perfil adequado.¹³

Deste modo, a análise da trajetória de imigração e trabalho de Antônio é importante, pois mostra que a condição de refugiado propiciou a ascensão laboral. No caso de Antônio, essa condição lhe possibilitou uma mudança de função, passando da atividade de trabalhador braçal para a de pequeno comerciante autônomo. Assim, sua condição de refugiado auxiliou na construção de uma trajetória diferenciada em relação aos demais trabalhadores, porque em comparação com os seus conterrâneos, ele possui um *status* mais elevado por conta da sua situação de legalidade.

Nesse sentido, os estudos de Elias (2000) apontam que os imigrantes, refugiados ou exilados políticos, estão inseridos fora do *status* de poder dos estabelecidos da comunidade. Na condição então de *outsiders*, “os de fora”, encontram-se cercados de estigmas, imputados pelos estabelecidos, os “*insiders*”. Deste modo, a identidade de refugiado, apesar de garantir alguns direitos, incita outras discriminações, como explica o entrevistado:

Sempre quando vou nos bancos, os funcionários dos bancos estranham quando eu apresento a carteirinha, que é diferente, e ainda

migrante durante ano de 2007/2008; 2009;2010;2011, cf. consta no anexo.

¹³ “Pode solicitar refúgio uma pessoa que, devido a temores fundados de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou defesa de determinadas opiniões políticas, é obrigada a deixar a sua pátria e buscar o refúgio em outro país”. Travessia, revista do migrante – Refugiados, ano XIII, n.37, maio/agosto 2000 (apud Revista O Refugiado, julho de 1998, ano 1, n.4, ACNUR-CÁRITAS RJ e SP, p.24).

Entretanto, desde os acordos de paz agendados entre o MPLA e a UNITA em 1994, no protocolo de Luzaka, os Angolanos perderam o direito de obtenção do estatuto de refugiado através da chamada cláusula ampla (aplicada ao caso de Angola após as eleições de 1992 em função do recrudescimento da guerra naquele período). Cada solicitação de refúgio passou a ser analisada mais especificamente, uma vez que já não havia uma situação de conflito generalizado (Revista do migrante, n. 37, ano XIII, publicação do CEM, maio- agosto/2000, p. 21).

[está] escrito nela: “refugiado”. Uma vez apresentei a carteirinha de refugiado para abrir a conta... Irônica, a atendente me fez várias perguntas que não tinha necessidade, o mesmo acontece para levantar dinheiro no caixa, fica chato! (...) A própria maneira de quem vem de fora, o sotaque é diferente, tu não achas? (...) Não me fale que tu nunca percebeu! A gente sempre chama atenção
(Amadu, trabalhador braçal, 16/de junho/2009).

Goffman (1998) nos mostra que os semelhantes podem formar um código de conduta que os profissionais defendem em seu nome, e em contrapartida, direciona o indivíduo estigmatizado a um segundo grupo.

Segundo o mesmo depoente, *Amadu*, teve uma época em que chegou a economizar uma boa quantia, decidindo migrar para os Estados Unidos por quatro meses. Lá não conseguiu trabalho e sem uma rede de contatos, como ocorre com a comunidade africana aqui no Brasil, que lhe indicasse e acolhesse de forma adequada, decidiu voltar para Angola. Anos depois retornou para São Paulo, para a mesma comunidade. Assim, quando interrogado sobre a possibilidade de migrar para outro país, este trabalhador-imigrante respondeu prontamente que não tinha essa aspiração mais, já que se decepcionou muito com a experiência que teve nos Estados Unidos.

Experiência similar foi também a de Filipe:

Fui para a América com visto de turista, eu era muito novo e entrei naquela aventura, mas se fosse hoje não ia aventurar do jeito que arrisquei, aqui mesmo no Brasil, pretendo abrir um pequeno comércio, [trazer produto de Angola para São Paulo, sei lá]. Como a nossa língua, apesar de ser um pouco diferente do português falado daqui, isso pode facilitar um pouco imigrante africano de língua portuguesa. O que passa na televisão, os cantores de hip hop, os atores americanos, tudo aquilo é uma [viagem]. O imigrante tem que ralar muito, infelizmente [...].
(Filipe, 03 de fevereiro de 2009).

Apresentando grande porte físico, no ano 2005 e 2006, Filipe trabalhou na *Afric import & export trading* exclusivamente como trabalhador braçal. No ano de 2008 passou a exercer a função de porteiro na mesma empresa, controlando entradas e saídas de clientes e principalmente de pessoas estranhas, evitando furtos de mercadorias. Durante a gravação do relato, este trabalhador chegou a ficar emocionado, quando repentinamente começou a falar do patrão, chamando-lhe de “chefes tribais”. Segundo Filipe, a coisa mais catastrófica que existe na face da terra é trabalhar para um africano

fora do continente africano, pois os chefes interpretam que trabalhar é sinônimo de vender a dignidade da pessoa. Trabalhou intensamente durante três anos com carga horária exaustiva de 10 a 14 horas, além do fato de que sempre ocorrem improvisos de horas extras que não são pagos devidamente, salvo em raras exceções.



Figura 4.4 - Guias aguardando sacoleiras próximo aos hotéis e lojas.

Mesmo exercendo as mesmas funções, a disparidade salarial entre os funcionários é assustadora entre os próprios trabalhadores braçais; uns ganhavam R\$ 350,00, outros R\$ 450,00, e outros R\$ 600,00. Os trabalhadores ouvidos pela pesquisa foram unânimes em explicar o fato de acordo com o estabelecimento de critérios fundados na personalidade da relação, levantando a hipótese de que alguns trabalhadores sejam bonificados por ser informantes do supervisor. Em outro trecho do depoimento Filipe conclui que:

Quando eles pagam o salário, antes do termino da primeira quinzena todos começam a chorar a falta de grana. Até os mais chegados ao patrão, que ganham bônus. Mas o que eles não esquecem é de nos dar o dinheiro do transporte no valor de R\$ 60,00 por mês, isso porque precisam da nossa presença aqui. (Filipe, 03 de fevereiro de 2009).

Assim, podemos observar que a desorganização política, e as cisões internas, se devem, em partes, às fugas de informação entre os trabalhadores braçais, que negociam favores em troca de bonificações reforçando a manutenção e a segurança administrativa.

Há, então, de modo geral, duas visões diferentes neste mundo do trabalho aqui analisado. A dos chefes, de que os “desobedientes” são aqueles que fazem parte de qualquer organização paralela à administração, representam uma ameaça à política gerencial. E, a dos trabalhadores que tentam, aos poucos, se mobilizar para uma ação coletiva.

Ou seja, as relações de trabalho na realidade destes trabalhadores africanos no Brasil são marcadas fortemente pela cumplicidade e fidelidade entre funcionários e patrões, sendo que esta é uma das particularidades da informalidade no trabalho no caso de imigrantes, que resulta em maior ampliação da vulnerabilidade destes trabalhadores.

Certamente, a despeito destas estratégias e mecanismos que vêm assegurando a desorganização deste coletivo de trabalhadores, durante a pesquisa de campo foi possível encontrar uma tentativa de ação sindical. Djonsa lidera a constituição de um sindicato para esses trabalhadores e por essa razão é considerado, entre seus pares, como o *presidente informal* do sindicato. Segundo este trabalhador, diante desta tentativa de criação do sindicato, o patrão segregou os trabalhadores com falsas promessas de promoções de cargos e aumento salarial, conforme testemunha Djonsa:

Antes tínhamos um pouco de atitude, pelo menos... Mas agora, tudo está fora de controle, não se pode sugerir nada aqui... ninguém é tão ingênuo... todos nós sabemos das nossas reais necessidades, por isso que muitos preferem se conter evitando as resistências, evitando assim os conflitos com o empregador e possíveis riscos de perambular nas avenidas de São Paulo. Se tivéssemos o mínimo de organização, poderíamos reivindicar os nossos direitos.
(Djonsa, 02 de fevereiro de 2009).

Como forma de ação coletiva houve apenas algumas reuniões dos trabalhadores com os patrões, mas de maneira informal. Conforme relembra este depoente, em consequência destes episódios foi demitido cinco meses depois, no contexto da crise econômica internacional, em janeiro de 2008.

[...] havia alguns trabalhadores que passavam informações do grupo

para o patrão em troca bônus, isso aumentou mais ainda a fragmentação entre os trabalhadores, e foi o fator crucial na desorganização coletiva “sindical”. As máquinas usadas aqui só podem trazer riscos de saúde para nós, nem na África se usa isso pra trabalho deste nível, a empresa não gasta nada com equipamentos. Por isso que poderíamos pensar em conjunto, mas infelizmente, as intrigas nos atrapalham. O patrão somente pensa no lucro dele e é isso.

(Djonsa, 17 de maiode2009).

Assim, para os trabalhadores, mesmo que tenham a clara noção de que o método e as normas do trabalho não são compatíveis com a exigência trabalhista, a exemplo dos pagamentos e da jornada de trabalho extensos, a condição de ilegalidade, de trabalho informal e do assédio moral constante, parece impedir qualquer prática de resistência política.

Segundo HARVEY (1992, p.258), a acumulação flexível é marcada por espaço social de oscilações de incertezas, nelas surgem novas experiências e novos rumos na vida social, “*que caminha também em rápida destruição de habilidades, que resultam em retrocesso do poder sindical*”. De modo geral, a acumulação flexível carrega em si a forma efêmera e fugaz no metabolismo do capital.

No decorrer da pesquisa foi possível observar, portanto, que a personalidade esteve presente em todos os momentos da produção, ora no que refere as demissões, ora nos acidentes do trabalho e nas equipes de produção. Os trabalhadores almejavam que cedo ou tarde seriam privilegiados com recursos econômicos, mormente *status*. Aparentava-se que tudo daria certo, falava-se até em efetivação dos trabalhadores, mas com o tempo as promessas foram sendo soterradas, seguidas dos atrasos de pagamento. Assim, embora tenha se intensificado os abandonos e demissões, a cada ano, chegam mais imigrantes africanos, que sob as mesmas condições de necessidade de sobrevivência, tendem a renovar este processo de desarticulação sindical.

4.3 Um olhar ampliado sobre o trabalho informal de africanos no Brás: a função dos guias e das sacoleiras

Diversos estudos realizados sobre a condição de imigrantes no mercado de trabalho internacional apontam o trabalhador imigrante como o trabalhador precário,

sobretudo dos países do terceiro mundo ou emergentes. Em Portugal, a condição de trabalho dos PALOPS¹⁴ “veio reforçar os segmentos com maior precariedade laboral. No qual as mulheres restringem seu papel à esfera doméstica, enquanto os homens são responsáveis pelas tarefas que exigem aptidão física, como ajudante no setor de construção civil, submetidos a horários prolongados e baixas remunerações” (PEREIRA, 2008, p.50).

Deste modo, após a análise da organização do trabalho e das formas de remuneração e controle do tempo de trabalho no nosso campo de estudo, nos aguça a compreender a categoria dos trabalhadores braçais como parte de um coletivo mais amplo, inserido de modo informal e precário no mundo do trabalho atual. Portanto, quando se fala em mercado informal é necessário pensá-lo de forma ampliada, buscando abranger a totalidade daqueles que também vendem a sua força de trabalho por meios atípicos.

Assim, embora o nosso objeto específico de estudo sejam os trabalhadores braçais, não cabe analisá-los isoladamente, sem abarcar sua dependência, ou a sua relação com os guias e as sacoleiras, parte importante para viabilizar a própria empresa focalizada.

Como explica Cardoso, um dos depoentes desta pesquisa, que chegou a São Paulo com visto de turista e hoje trabalha por conta própria fazendo pequenos trabalhos para sobreviver, o papel do guia nesse comércio informal é prestar apoio às sacoleiras, desde o aeroporto até o bairro do Brás, onde fazem suas compras.

No Brás, os guias levam-nas para determinadas lojas com preços baixos e acessíveis, já que na visão de Cardoso, que já fora guia no Brás, muitas sacoleiras não têm conhecimento das promoções, dos hotéis baratos e, acima de tudo, as recém-chegadas não sabem negociar preços mais acessíveis, já que, no entendimento do entrevistado, “pechinchar” é a arte de negociar. Deste modo, pode-se afirmar que a própria natureza da atividade dos guias exige uma qualificação diferenciada em relação aos trabalhadores braçais.

¹⁴ Países Africanos de língua oficial portuguesa: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.



Figura 4.5 - Produtos das sacoleiras.



Figura 4.6 - Grande parte dos produtos ou mercadorias comercializados são: chinelos, cabelos humanos (como consta acima), roupas como calça jeans e vestidos.

No período de 2002 a 2007, os guias ganhavam em torno de R\$ 230,00 a R\$ 250,00 de comissão por cada negócio fechado, isso de acordo com seu empenho no

papel de intermediário entre os lojistas, as sacoleiras e as empresas transportadoras. Ou seja, quando a negociação é satisfatória, nas vendas e compras e principalmente nas quantidades dos produtos comercializados, eles ganham das duas partes: dos lojistas e das transportadoras. Recebem cerca de 10% de comissão da quantia comprada pelas sacoleiras, assim, quanto mais as sacoleiras compram mais os guias ganham em comissão, o mesmo ocorrendo na empresa transportadora. Assim, em média, os guias ganham o salário de R\$ 80,00 reais semanais dos lojistas e mais R\$ 80,00 das empresas transportadoras.

Na relação que se estabelece entre os guias e as sacoleiras não é estipulada uma quantia ou comissão. A recompensa pelo serviço prestado dá-se por meio de gorjetas, de valor indeterminado, que pode ser a partir de R\$ 20 reais até R\$ 300 reais por total de serviço prestado. Contabilizando ao todo, o salário “mensal” dos guias pode chegar a R\$ 700 reais. De acordo com Cardoso, de 29 anos, que chegou a concluir o segundo grau, a crise econômica atual reduziu a *generosidade* das sacoleiras, fazendo com que deem menos gorjeta aos ajudantes

A crise afetou as empresas têxteis e isso teve um impacto significativo também sobre o poder de compra das sacoleiras e alterou as estratégias de compras destas, pois elas passaram a procurar outros mercados, como os Estados Unidos, China e Dubai. Tal medida está associada à busca por melhores preços por mercadoria e qualidade dos produtos. As sacoleiras que atravessam o oceano, trazendo com elas os filhos, fazem circular a mercadoria revendida nos seus países, através da atividade das agências transportadoras, como a *Afric import & export trading* aqui estudada.

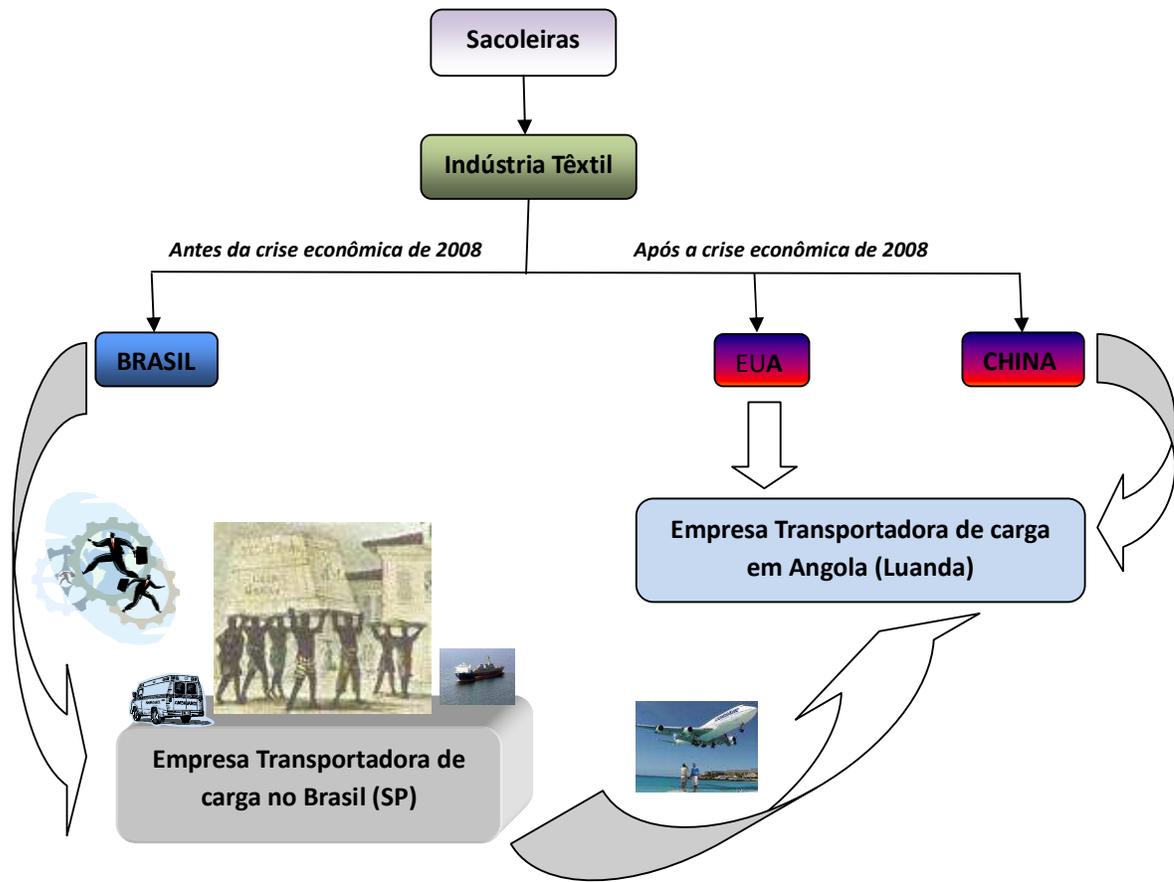


Figura 4.7 - A figura demonstra a estratégia produtiva das sacoleiras na esfera global, que começa em São Paulo (Brás) e Angola. Em momentos da crise econômica, exemplo de 2008, procuram-se outras alternativa do mercado como, Dubai, China e EUA.

Entende-se que há uma conexão de interdependência entre as sacoleiras, os guias e os trabalhadores manuais/braçais. Na realidade, são trabalhadores que passam com frequência pela situação de desemprego, constituindo-se em uma categoria de trabalhadores particularmente móveis ou flutuantes (BIHR, 1998, p.85).

5 Globalização neoliberal, nova divisão internacional do trabalho e o trabalho migrante africano em São Paulo

Articular e expor de maneira analítica um quadro geral desta classe proletária na cidade de São Paulo e destacar *in loco* a vida pessoal e profissional dos trabalhadores braçais é o propósito deste capítulo. Neste sentido, objetiva-se analisar a inserção do trabalho imigrante africano em São Paulo na economia informal. Para tanto, se discute a divisão internacional de trabalho como fomento à acumulação e à ampliação social desigual entre as comunidades na nova divisão internacional do trabalho no quadro da ofensiva fase do sistema capitalista pós anos 1980. Abarcando as mediações do tráfico de pessoas, “golpes” aplicados entre conterrâneos e os preconceitos raciais na exploração do trabalho imigrante africano, visa-se enfocar a conjuntura econômica de certos países da África, enquanto incentivo à imigração africana nas duas últimas décadas.

Esta análise apoia-se em Bihl (1998), o qual analisa a instabilidade dos trabalhadores que, para não vivenciarem o desemprego, submetem-se à subcontratação e ao trabalho clandestino. Desse modo, é imprescindível a compreensão das inter-relações sobre a expressão do trabalho escravo na modernidade.

As discussões de fundo que iluminam o trabalho degradante (superexploração dos trabalhadores manuais), semi-escravo, ou propriamente da aferição sobre a redução do homem à condição análoga a de escravo, é ausência da dignidade da pessoa humana em plena e alta modernidade e nos remete a questionamentos acerca das permanências históricas na modernidade.

Se os ideais tradicionais deixassem de existir, se fossem completamente substituídos pelos da modernidade, deixaria também de ter sentido a afirmação da modernidade, na medida em que esta se define como ruptura para com eles (RODRIGUES, 1997, s/p)¹⁵.

¹⁵O autor enfatiza os entrelaçamentos entre a tradição e a modernidade. Por isso que o retorno do arcáico muitas vezes é uma manifestação de modernidade. Na realidade, a tradição e a modernidade são duas faces da mesma moeda. Sendo assim, o moderno é tudo o que demarca em relação àquilo que permanece como tradicional e vice versa. Ver artigo sobre tradição e modernidade, 1997. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em 20 jul.2010.

Considera-se na presente pesquisa que o projeto da própria modernidade capitalista necessita de um exército explorável, o qual contempla trabalhadores imigrantes ilegais em países diversos que atuam na supressão dos custos de produção das empresas. A combinação de modos de exploração diversificados nas grandes cidades impacta o crescimento econômico desigual e no plano internacional estimula o deslocamento humano, tido como dilema a ser enfrentado em todo o globo. Essa razão, entre outras, incide significativamente no espaço produtivo e, particularmente, sobre as formas primitivas do trabalho (Davis, 2006).

A natureza dos conflitos de classes se expressa no espaço periurbano e é observada nesta pesquisa: os que vivem dentro de ambientes estabelecidos, os lojistas, e a “humanidade excedente” que vive fora dela, constituindo uma espécie de “proletariado informal”, que apresenta padrões culturais heterogêneos como: nordestinos, africanos, peruanos, chineses, bolivianos entre outros; e delineiam o mundo contemporâneo, suprindo as carências econômicas (Davis, 2006).

Na realidade, o mundo atual, em especial o setor de serviços, preenche a lacuna deixada por milhares de excedentes, a maioria dos trabalhadores tidos como desqualificados, ou imigrantes não-documentados e/ou detentores de documentos depreciados como: carteira identidade de refugiado, os quais exercem trabalhos manuais nas agências transportadoras de encomendas, como se observa na presente pesquisa. Integram o *trabalho vivo* à medida que exercem atividades como o empacotamento, carregamentos e descarregamentos, para depois serem entregues para sacoleiras nos países africanos. Isso por colocá-las diretamente no sistema de troca, por sua capacidade de barganha para depois serem revendidas nos mercados locais. Neste sentido, é justamente a necessidade do valor de troca, nesta perspectiva que faz jus à ampliação da classe trabalhadora, sinônimo da *classe que vive do trabalho* - este engloba tanto o proletariado industrial fabril, sem perder de vista o conjunto de assalariados que vendem a sua força de trabalho, e também os que estão desempregados pela vigência da lógica destrutiva de capital (ANTUNES, 1999. p.101-103).

5.1. Os labirintos da superexploração dos imigrantes africanos em São Paulo

A problemática da exploração via imigração merece atenção especial, pois é nesta perspectiva que este estudo indaga o desenrolar das consequências da Diáspora Africana no mundo globalizado.

A exploração do homem pelo homem existe desde a antiguidade, de modo que a sociedade dos homens fora traçada por histórias de lutas de classes, entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho para seu sustento (Marx 2007, p.50), sejam homens livres ou escravos, patrícios ou plebeus, opressores ou oprimidos, todos se encontram em constantes oposições (MARX e ENGELS, 2002, p.77,78).

No passado escravocrata, o escravo era propriedade exclusiva do barão, aspecto que o coloca fora da sociedade de classe, diferentemente da sociedade atual, onde os trabalhadores não precisam necessariamente se constituir em propriedade para serem explorados. Porém, no chamado mundo moderno, a trajetória de milhares de africanos segue o mesmo percurso feito pelos seus ancestrais. Estes da atualidade podem ser considerados como “bens móveis” e legalmente livres, os quais são atraídos por aliciadores e sofrem as ações do tráfico humano.

Estes trabalhadores nutrem o desejo de estudar nas universidades do exterior, ou buscam oportunidades de trabalho que possam ajudá-los no sustento próprio e mesmo de familiares que permanecem nos países de origem ou, que os aproximem do padrão vigente de consumo no sistema capitalista. Por este motivo entende-se que este movimento se inscreve na divisão internacional do trabalho.

Assim sendo, a análise desenvolvida até aqui nos permite traçar um paralelo com os sentidos de escravidão, o trabalho precário e a flexibilidade na mobilidade da força de trabalho periférica para as economias desenvolvidas ou centrais.

Os estudos do Maestri Filho (1988), abordando a escravidão, a indicam, *a priori*, como um ato de aprisionar inimigos estrangeiros submetidos ao sacrifício em cerimônias. Todavia, os teóricos da escravidão clássica ressaltam a anulação da liberdade de circulação do ser escravizado, pois no *lato senso* o escravo incluía a submissão jurídica e psicológica.

Na escravidão Greco-Romana foram consideradas três formas para caracterizar a escravidão: tido como *mercadoria*, o cativo deve ser passível à comercialização, seja

por compra e venda ou aluguel; ser total *propriedade* do senhor; e a propriedade do escravo deve ser vitalícia e hereditária. Lovejoy (2002) reforça o caráter do ser escravo como “bem móvel”, referindo-se às pessoas tidas como prisioneiras de guerras, os “cativos”, muitas vezes por motivos religiosos ou prisioneiros capturados nas guerras santas¹⁶.

A figura do escravo era considerada como espécie de marginal, *o não estabelecido*, o de fora (*outsider*), por não compartilhar os mesmos direitos com os demais cidadãos.

Podemos compreender que diante das clivagens existentes, sejam elas por motivo de serem prisioneiros de guerra, crimes, a situação do escravo se tornou visivelmente problemática a partir do momento em que ultrapassa a dimensão nativa e local de vizinhanças para o plano do comércio transatlântico. Quando tais aspectos pareciam ultrapassados na sua generalidade, os estudos recentes revelam o brotamento de trabalhos equiparados ao trabalho escravo na atualidade, onde evidenciam-se certas peculiaridades. Alerta-se para essa “supermodernidade¹⁷” que resgata o passado vivido na era dos engenhos incorporando-os nas fábricas e nas empresas atuais, e os fantasmas dos barões em “profissionais de colarinho branco”. Fazendo que o trabalhador seja um ser submisso ao capitalismo, acompanhado pelos constantes constrangimentos das tarefas a cumprir e constantemente ameaçados pelas demissões arbitrárias.

No plano geral do retrospecto laboral, há evidências históricas de lutas de classes, desde a antiguidade até os dias atuais. Na contemporaneidade, a globalização na medida em que segmenta as comunidades em centrais e periféricas, reforça a divisão internacional do trabalho, mantém a alienação e a precarização, baseada em altas

¹⁶Com base numa justificativa emancipatória, a religião era um pré-requisito para salvação das almas, e do estabelecimento social, e a escravidão era como um meio para converter os não muçulmanos, de modo que em condição *sine qua non*, os não muçulmanos eram passíveis de comercialização (Lovejoy, 2002).

¹⁷ Trata-se de os não-lugares na medida de uma época que se caracteriza pela superabundância especial e individualização das referências, e ao mesmo tempo descortina um mundo provisório e efêmero, marcado pelas contradições e complexidade. Porém, não como uma oposição a uma modernidade perdida. Portanto, marcada por aceleração do tempo, migrações populacionais, metrô, supermercados e aeroportos. Por isso AUGÉ entende a importância do lugar enquanto espaço relacional e constituidor de identidades na fase atual da modernidade, a qual denomina **Supermodernidade** AUGÉ, Marc (1994, grifo nosso).

jornadas de trabalho, constantes demissões arbitrárias como consequências da coisificação, em forma de pressupostos para subsunção de capital em benefício do capitalista. Neste caso, as explorações ou hierarquização atuam-se como normas, “ como aquilo que deve ser feito ” , exemplo clássico do senhor feudal e o servo, portanto tido como normal para os padrões capitalistas.

A lógica do capitalismo necessita de exércitos industriais de reserva para manter a sua produtividade¹⁸. O que reforça os meandros de toda história de lutas de classe e o metabolismo social num embate cotidiano entre as forças sociais do trabalho e as forças sociais do capital, num desenho global, nacionais e regionais, representando em nova morfologia do trabalho.

Por isso, este estudo busca harmonizar formas de subsunção na escala produtiva pensando nas igualdades substantivas dentro do plano universal embutida na inclusão dos “inimpreáveis”, resgatando a dignidade da pessoa humana, abarcando aspectos referentes à ética e à moral na inserção do ser social, mas requer antes de tudo, inspirações subjetivas e objetivas do poder público dos Estados nacionais do imigrante e políticas internacionais por uma imigração digna dos cidadãos.

Tendo em vista que nos dias atuais as formas de dominação e a intensa exploração são de modos e padrões de tipo “moderno”, pela própria urgência de uma nova fase da revolução industrial, porém não totalmente desvencilhado da era da escravidão clássica. De modo que na atualidade o direito constitucional e internacional defende teoricamente a essência humana, na qual não se permite a subestimação total do trabalhador. Porém, ela tende a aparecer disfarçadamente e de forma suavizada, reduzindo a pessoa humana na condição análoga à de escravo.

Por isso, entende-se que a condição semi-escrava não se restringe à circulação, ou à compra e venda da pessoa, mas abarca outros modos distantes do padrão de punição corporal, embora ainda existente em algumas comunidades, especialmente a dos bolivianos, em São Paulo¹⁹. Como analisa Silva:

¹⁸O funcionamento da economia capitalista necessita de um "exército de reserva industrial", uma reserva de gente pobre que pode ser utilizada e desprezada à vontade do capitalista. O desenvolvimento econômico não se processa suavemente sob o capitalismo. Em tal situação, a economia necessita de mudança rápida de mão-de-obra; uma reserva de mão-de-obra faz-se necessária para convertê-la em força de trabalho quando se necessita e despedi-la rapidamente assim que diminua a demanda ou exija a mecanização. E Marx divide este exército de reserva industrial em três tipos: latente, flutuante e intermitente” (Marx, 1968 p. 737).

¹⁹ Essa forma de escravidão é tida como escravidão por dívida, ver Silva (1995); e Rezende (2002), o

De forma emblemática as comunidades de países periféricos e em crises econômicas tendem a ser coagidos de modo informal pelos seus conterrâneos em forma de redes de exploração, definem os contratos, para depois serem obrigados a pagarem os gastos das suas passagens, efetuando trabalhos para os proprietários das pequenas empresas, (geralmente no ramos da costura). Estes almejam ascensão social, portanto a relação de viagem e de emprego não é coercitiva.²⁰

Por ser a principal cidade industrializada e comercial do Brasil, São Paulo atrai um grande contingente de imigrantes de diferentes países, principalmente os de língua oficial portuguesa. Contudo, no nicho de economia informal em São Paulo, não somente bolivianos que atuam no ramo da confecção, mas também inclui os sujeitos do nosso estudo, os da comunidade de imigrantes africanos que trabalham na empresa transportadora de cargas aéreas e marítimas para enviar encomendas internacionais para os seus países de origens, em especial Angola, para ampliar a renda familiar²¹.

Os trabalhadores comumente são explorados pelos seus próprios conterrâneos, marcados por longas jornadas de trabalho, pela ausência de direitos sociais e contratos formais de trabalho, bem como são submetidos a situações de humilhação, sofrem frequentemente acidentes de trabalho e assédio moral. É um tipo de trabalho em condição degradante, sobretudo pela ausência da dignidade da pessoa humana, onde há redução do homem à condição análoga a de escravo. Segundo a alteração do artigo 149 do código penal Brasileiro, pela lei n. 10.803 de 7/12/2003, o mesmo inclui o artigo 149 como trabalho escravo contemporâneo (BRITO FILHO, 2006).

Esta população não é trazida pelos proprietários da empresa, mas aliciados pelos seus conterrâneos em uma espécie de “golpe”, porém de modo voluntário e não coercitivo. Deste modo, de acordo com o relato dos entrevistados, entende-se que há uma tendência de recorrerem ao refúgio à empresa pesquisada quando as expectativas de inserção social e educacional não corresponderam ao imaginado e ou prometido.

mesmo sobre a obra de Rezende. **Trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?** Disponível em:

http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forçado/brasil/documentos/art_1.pdf. Acesso em 07 agosto 2008.

²⁰ SILVA, 1995, p 106.

²¹ Embora a grande maioria dos trabalhadores manuais e/ou emigrantes sejam jovens na idade produtiva, são estes que também intencionam contribuir para o sustento ou manutenção dos seus parentes no país de origem. E, contudo as expectativas do salário deixa-se a desejar.

Como alternativa de sobrevivência, vendendo sua força de trabalho a fim de suprir suas necessidades, consideradas *temporárias*. Concomitantemente, no cotidiano produtivo alguns trabalhadores manuais almejam-se tornarem profissionais de “*colarinho branco nesta empresa*”. No entanto, de acordo com os nossos entrevistados, há evidências de tráfico de pessoas “golpe”, como será analisado adiante. Porém, há várias combinações de fatores que pré-estabelecem a busca de melhores condições de vida dos jovens desde a sua terra natal.

No mundo do trabalho constata-se que há divergências sobre a globalização e as perspectivas do emprego. Convém compreender que convivemos cotidianamente com um impasse do arcaico com o moderno, ou seja, o subterrâneo do trabalho, do subemprego, tido como suporte agregado da força de trabalho para exportação de matéria-prima para o centro capitalista. O mundo precário do trabalho braçal inscreve-se simultaneamente numa esfera produtiva inferior ao das tecnologias de ponta proveniente do centro capitalista, fazendo jus a uma interdependência entre as duas partes, porque as economias capitalistas necessitam de uma massa e de uma forma de trabalho a serem exploradas com menos custo ou investimento sofisticado.

A inserção dos trabalhadores manuais é aqui compreendida, também, como resultado das reações paternalistas baseadas na “sociabilidade mobilizável” dos jovens para com a figura do proprietário que assume o papel de ‘pai’, visando garantir a manutenção do poder e torná-los dependentes financeira e emocionalmente.

Os trabalhadores acumulam dívidas e, muitas vezes, oferecem gratidão em troca do emprego. Por isso, geralmente, as negociações entre as partes ocorrem no âmbito da subjetividade existente no subconsciente manipulado do trabalhador, sem recursos legais para reivindicar seus direitos. Dito de outra forma, tanto o proprietário como os trabalhadores evitam recorrer à justiça para ocultar problemas relativos ao trabalho.

Podemos entender este tipo de situação baseada na simpatia, no receio, na chantagem e na benevolência. No entanto, são as mesmas relações paternalistas que derrotam possíveis movimentos reivindicatórios dos trabalhadores manuais. Ora benfeitor, ora ludibriador, são as duas faces que definem o proprietário na ótica dos trabalhadores manuais.

Portanto, a despeito do trabalho no mundo rural ou urbano, alguns teóricos como GARCIA (2007), ao abordarem os canavieiros, enfatizam os direitos fundamentais referentes à “dignidade da pessoa humana”, valor supremo que revela o “caráter único e

insubstituível da cada pessoa humana” (COMPARATO, 2004, p.31) figurando ainda como o verdadeiro fundamento da defesa federativa do Brasil (art. 1, inciso III da CF/88). BRITO FILHO (2006) também discute a situação de trabalho escravo, ressaltando a respeito do trabalho degradante. No entanto, segundo o autor “o paradigma para aferição mudou”, a liberdade de ir e vir fora quase totalmente ultrapassada, e nem tampouco a do trabalho forçado, como forma da escravidão clássica “tradicional” ou antiga, embora ainda presente os seus resquícios na modernidade, mas na atualidade a preocupação é com relação a todas as generalidades de situações que reduzam à condição análoga a de escravo²²:

[...] Trabalhei naquele ambiente, sem a ventilação, misturado com produtos, o espaço muito estreito, num dia turbulento com embalagens de caixas e carregamento, onde havia calor insuportável há 25° de temperatura, o tempo estava abafado, num galpão com a única entrada sem ambiente devidamente de ar, tornando ambiente sufocante. A rotina, ou seja, o percurso até chegar ao serviço é distante, para chegar, é preciso dois ou três ônibus ou de trem e metrô, para driblando o congestionamento de São Paulo para chegar as 08h00s, que demorava uma hora e meia até chegar no serviço. Teve um dia marcante para todos nós. (...) Sabe aquele dia de cão [...]. Naquele dia, em caravana, mal atravessamos quase toda a cidade de São Paulo, ao chegarmos na empresa, o patrão estava na porta acompanhar a chegada dos trabalhadores. Foi numa quarta-feira, o dia de carregamento de caminhões, mesmo estando no interior (parte de fundo) da empresa, podemos escutar os insultos do patrão com um colega nosso, com palavras muito grotesca de: olha, porquê que tu não pode fazer como os seus amigos que passam desodorante antes de vir trabalhar, entendeu? Se tu vieres assim na próxima vez vou ti colocar fora da empresa, aqui quem manda sou eu, entendeu? No dia seguinte, por constrangimento, o fulano não apareceu, se afastou e pediu o salário atrasado. Em situação de endividamento havia mais de duas dezenas de trabalhadores aguardando o pagamento (Amadu, trabalhador braçal 16 de junho de 2009).

Atitudes humilhantes dos empregadores perante os empregados reafirmam o poder e a dominação. De acordo com o entrevistado, o proprietário havia recebido uma

²²Os serviços exposto à falta de segurança, desrespeito, humilhação, assédio moral, as devidas condições básicas negadas ao trabalhador; se o trabalhador não recebe devido respeito que merece como ser humano; se são negados os direitos de trabalhar em jornada razoável que proteja sua saúde, garanta-lhe descanso e permita um convívio social, podemos dizer que há trabalho em condição degradante. Artigo do Autor: Brito Filho, disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forcado/brasil/documentos/dignidadetrabalhoescravo.pdf acesso em: 10 jun. 2008.

informação sobre a demora e a perda das cargas de uma cliente em Angola e ao sair da reunião, furioso, depreciou o trabalho de todos os colegas. Este tipo de cena é comum no cotidiano da empresa pesquisada, marcadas por casos concretos de depreciação do trabalho seguidos de ameaças de demissão.



Figura 5.1 - Por ser um centro comercial, há escassez de residência no bairro, o que leva a maioria dos trabalhadores manuais residirem nas áreas suburbanas ou próximas ao metrô para facilitar o percurso.

A escravidão se manifesta de formas diversificadas, por exemplo, no caso brasileiro e em geral na atualidade, não somente nas condições de salário, nas más condições de vida, mas também na coerção moral para subjugar o trabalhador. O modo típico de não receberem os salários. Segundo Rezende (2004), a escravidão contemporânea é de curta duração, ilegal e não é fruto de uma guerra, o que a distingue dos anteriores, que eram de longa duração, como ocorreu com africanos na América e que passava de uma geração a outra.

No presente estudo, o sentido da escravidão se encontra no plano da coerção e assédio moral, na superexploração, na ampliação da jornada do trabalho e, acima de tudo, na combinação de baixos salários para o padrão de trabalho árduo e precário, a instalação de um clima de insegurança seguido de demissão. Por se tratar de um tipo de trabalho informal e temporário, os trabalhadores não recorrem a queixas, muitos

projetam seguir para outros setores de trabalho ou a convite dos conhecidos na Europa, seguem no submundo do emprego, para outros continentes em busca de melhores condições de vida.

Brito filho (2006) analisa o sentido da dignidade humana, considera como crime a redução do homem à condição análoga à escravidão. No entanto, o autor ressalta que a ausência da dignidade da pessoa humana nos leva ao trabalho degradante e a combinação de ambos é a nova forma de escravidão, que não abarca necessariamente a liberdade de circulação, e por isso justamente, tido como moderna. Sendo assim, é considerada como crime a ausência da dignidade para com a pessoa humana.

Assim, o presente trabalho problematiza as questões da dignidade da pessoa humana, vigorada no artigo 149 do código penal brasileiro²³, pela Lei nº 10.803, de 11.12.03, e discute também o aliciamento para o fim de emigração. Em ambos os casos “coisificam” o trabalhador, tornando-lhes equiparável ao objeto para os fins do mercado.

No primeiro, referente à redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, define-se que:

Art. 149 – Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

No segundo, como consta no artigo 206 do código penal pela Lei nº 8.683, de 15.07.93:

“Aliciamento para o fim de emigração”.

Art. 206 - Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro.

Pena – “detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”.

²³O código penal brasileiro está disponível em:
www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf

Portanto, estudos de maior repercussão, remetem a fatores sociológicos e culturais para análises de casos, mas sem perder de vista a relevância das técnicas institucionais de direito, no âmbito das normas legislativas que possam legitimar a situação do trabalhador.

As análises no campo jurídico e os estudos sociológicos nos permitem compreender que as leis e as sanções alteram necessariamente com o desenvolvimento histórico da sociedade e a própria cultura em si, de modo que a violência pode assumir novos sentidos, e alterando os fatos no mundo do trabalho e as situações de escravidão assumem dimensões heterogêneas com o decorrer do tempo. Somente dessa forma podemos entender que o sentido da escravidão pode assumir dimensões novas, diferentes do passado. Assim como os golpes aplicados aos imigrantes, em benefício dos próprios aliciadores podem se configurar na categoria de tráfico de pessoas, apesar de não ser o objetivo deste trabalho.

5.2 Reestruturação produtiva do capital, nova divisão internacional do trabalho e emigração africana

“É imprescindível focalizar as vulnerabilidades da dependência dos países periféricos na exportação destes produtos, que grosso modo não são diversificadas, bastando que os demandantes dos produtos primários (as indústrias) deixarem de absorver commodities, os colapsos ou crises aparecerão nas economias periféricas²⁴.”

Neste item, busca-se compreender uma conexão entre a dimensão local e a global, sobre a organização social dos imigrantes africanos no novo cenário produtivo nos meandros da globalização e da organização social dos africanos, demonstrando que os fatos estudados no nível local têm uma relevância social, em vista dos novos processos de localização de atividades comerciais que mobilizam populações específicas, em regiões específicas do globo para inserção no trabalho (IANNI, 1992).

A situação dos países pobres imposta pelo centro capitalista amplia significativamente as suas vulnerabilidades, e na concepção de Pochmann (2007), os trabalhos precários ou informais na nova Divisão Internacional de Trabalho, tendem a

²⁴ SEIDI, 2008, p.2.

acelerar as desigualdades devido às necessidades reais das demandas entre ambos. É verossímil também que os países em desenvolvimento se configuram em forma de cadeia ou rede social, de força de trabalho não qualificada para dar sustentabilidade às trocas no mercado internacional de bens de produção, e é neste espaço que a África, e muitos países da América Latina, se inscrevem.

Todavia, a divisão internacional do trabalho imposta pelos países centrais apresentam nuances da discrepância substancial entre os países, sobretudo os pertencentes aos blocos econômicos, onde a competição acirrada entre os países do centro capitalista se configura em uma espécie de “leviatã capitalista” cercado de países periféricos que oferecem *commodities*.

Visto que nas economias capitalistas centrais, decisões cruciais como *trade off*²⁵ são constantes para reduzir os custos de produção, em seus benefícios, é interessante frisar que a procura de um bem incita a sua produção, a ausência da procura instiga a redução da produtividade, o que resultará em índice de desemprego. Indagando nessa linha de raciocínio, nos faz entender que para os Guineenses, a queda de produção de manca (amendoim) na década de 1980, desde então, em grande parte coordenada pelo projeto Agro-industrial de Cumeré, os obriga na atualidade a uma emigração produtiva forçada para as outras áreas produtivas como a de castanha de caju. Desta forma, as ofertas e procuras são traçadas por grandes corporações internacionais (idem, 2008). Os países pobres ou em desenvolvimento, ditos periféricos e semi-periféricos, cumprem exclusivamente a função de exportadores de matéria-prima, como força de trabalho imigrante, estimulando o tráfico de pessoas “golpe”, que é tido como novo surto atual na esfera globalizada.

Também (FERREIRA, 2005) ao abordar a divisão internacional do trabalho reforça a visão dicotômica tradicional de um mundo dividido entre países industrializados, exportadores de produtos manufaturados e países em desenvolvimento, exportadores de matérias-primas.

No mundo do trabalho constata-se que há divergências sobre a globalização e as perspectivas do emprego. De acordo com Norbert Elias (2000) a clivagem entre as comunidades tem um impacto significativo da realidade própria do homem como um

²⁵ Uma situação em que há conflito de escolha. Ele se caracteriza em uma ação econômica que visa à resolução de problema, mas acarreta outro, obrigando uma escolha. Ocorre quando se abre mão de algum bem ou serviço distinto para se obter outro bem ou serviço distinto.

ser genérico, que onde quer que esteja, haverá sempre as oposições e situações hierárquicas –, que pode ser entendido como situações de *estabelecidos* e *outsiders*, pelo aspecto normativo da realidade humana em todas as sociedades, sejam elas por questões sociais, políticas ou econômicas, ou até de status. Como ocorre nas economias capitalistas, onde a bandeira da competição econômica é declarada, em ostentação do lucro, em detrimento das classes populares ou inferiores. Portanto, sem colocar em “xeque” os seus interesses, é possível compreender a relação de interdependência entre os polos econômicos, na qual os países pobres e/ou em desenvolvimento seguem a rotina de *freelancer*, com rótulos ou estigmas de forasteiros, compondo um número significativo dos seus emigrantes não qualificados que também nutrem esse contingente da força de trabalho.

Assim sendo, as suas relações dependem significativamente das forças produtivas que as nações dispõem em relação às outras, e o mesmo ocorre entre os indivíduos, as comunidades ou as classes (MARX & ENGELS, 1984, p.16).

5.3 Reestruturação produtiva do capital e a desestruturação da economia africana como incentivo à emigração compulsória

A globalização e a divisão internacional do trabalho nos levam a constatar que nelas existe uma desigualdade na atribuição do trabalho no capitalismo atual. Propriamente no plano regional, nos blocos econômicos como a CEDEAO²⁶ e UEMOA,²⁷ as relações de trocas de bens de serviços geram competição, destruição e a criação de postos de trabalho para países como a Costa do Marfim e Senegal, que apresentam vantagens no livre comércio internacional. E as múltiplas formas de dominação: econômica, política, e cultural, e os laços de dominação e dependência e de interesse de uma nação sobre a outra. De modo geral, através da desregulamentação dos mercados financeiros, dos produtos e do trabalho, ampliam-se os postos de trabalho e os

²⁶ Comunidade Econômica da África Ocidental é a integração de regional que engloba quinze países da África ocidental.

²⁷ A União Econômica e Monetária do Oeste Africano é uma organização de integração regional, criada por sete países da África Ocidental que têm em comum uma moeda única, o Franco CFA. Disponível em: <http://www.tiosam.net/enciclopedia/?q=UEMOA>. Acesso em: 10 ago.2009.

precarizam. Fora dela, no plano amplo, diante das tecnologias, estes países periféricos assumem papéis secundários no poder mundial e na mesma medida também que as elites nacionais priorizam os seus interesses em sintonia com o centro capitalista (POCHMANN, 2001).

A estrutura do domínio econômico mundial se configura pela capacidade econômica e produtiva que os países disponibilizam na escala mundial. É assim que Pochmann (2001) define a nova divisão internacional do trabalho dividida em três fases:

A primeira era a da revolução industrial, onde as fábricas tomaram o lugar da produção artesanal, tornando-a como fase hegemônica da Inglaterra. A segunda, fase financeira, a contenção de dólar, resultado do fator produtivo e infra-estrutura estadunidense. A terceira fase, revolução tecnológica, “expansão tecnológica”, desregulamentação e reformulação do papel do estado²⁸

É interessante ressaltar que as políticas de desregulamentação contém a flexibilização que apareceu para corrigir as crises do mercado, na mesma medida que precariza, subcontrata o trabalhador e o desemprega facilmente. Isso nos leva a concluir que o propósito da globalização é uma metáfora de fábrica global, que não diz respeito às necessidades reais dos homens, talvez no que tange aos meios de comunicação ou pela globalização dos mercados (IANNI,1997,p15). Porém, não equivalente a união, pois seguramente aparece como elemento eufemístico “para suavizar” a exploração e a precarização. Na realidade, são as tragédias e o mal-estar social embutidos nas economias ditas modernizantes.

O chamado livre comércio, o neoliberalismo atingiu os países africanos através dos blocos econômicos, e a entrada significativa das empresas multinacionais, exemplo de empresas telefônicas, mercados, bancos privados, as próprias ONGs que exigiam trabalhador qualificado, priorizando as línguas estrangeiras, na qual relativamente o país acompanhava a taxa de utilização decrescente em diversos planos:

Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificação do capital.

²⁸ POCHMANN, 2001, p.14.

Se assim não o fizeram, se não demonstrarem estas “aptidões”, (“vontade”, “disposição” e “desejo”), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios.”²⁹

Concomitantemente, o país assistia ao “desenraizamento” dos seus filhos, forçados a imigrar e, embora, longe do país procuravam dar resposta à reestruturação produtiva, em busca de melhor salário, emigram para países inserindo nas áreas do trabalho precário. O setor de serviços, o livre comércio, a ausência de empregos formais, trouxeram consigo um impulso de pequenos comércios informais de forma transatlântica, a exemplo dos trabalhadores manuais e dos guias que praticam trabalhos atípicos no bairro do Brás.

As guerras que aconteceram ou que ainda estão acontecendo nos países africanos, sejam elas coloniais (da independência), regionais, exemplo de Angola, civis ou político-militar, exemplo do que aconteceu na Guiné-Bissau em 1998, em que houve a separação de irmãos, amigos e parentes. Hoje em dia esses países estão retomando as estruturas familiares através das quantias vindas do exterior, uma delas vem do comércio informal. Aos poucos estão reinserindo ao cotidiano, pois a manutenção e as alternativas econômicas, em parte, dependem significativamente dos parentes emigrantes.

É interessante ressaltar o distanciamento do papel Estado-nação na era da globalização, emblemática para os rumos atuais das políticas internacionais. Uma das características da globalização é estabelecer os blocos comerciais, que são agrupamentos de países que têm como objetivo a integração econômica e/ou social. Exemplo das instituições globais e a África:

Não somente as organizações exclusivamente africanas como UEMOA, CEDAO, mas há uma agência das Nações Unidas especializada na África, a (UNECA), este objetiva dar suporte ao desenvolvimento econômico e social de seus 53 estados membros, e de fomentar a integração regional e promover cooperação internacional. A mesma UNECA é um parceiro da União Européia³⁰ e a África,

²⁹ ANTUNES, 1999, p.130.

³⁰ A comissão econômica das Nações Unidas para Europa (UNECE) e os seus acordos estão disponíveis em: www.unece.org .10 ago. 2010.

*mormente nos assuntos econômicos do novo milênio*³¹ (CEA-UNECA. 2010 s/p).

Todavia, há que se destacar a combinação de dois fatores para o impacto do fenômeno da globalização das economias que deve ter nas suas origens novos rumos que se deram com o fim da colonização portuguesa no PALOP. As transformações políticas, econômicas e ideológicas que surgiram na esfera global após a queda do muro de Berlim, pois os Estados que outrora foram “socialistas”, perderam as suas referências ideológicas para o plano neoliberal.

5.4 Do neoliberalismo à emigração/tráfico de pessoas e a vulnerabilização dos trabalhadores manuais africanos em São Paulo

Assim como milhares de africanos, as pessoas entrevistadas são, em grande parcela, de classe baixa, com pouca renda, e geralmente filhos de funcionários públicos, que por situações de crises econômicas nos seus países, procuram alternativas e um futuro melhor, seja temporário ou permanente. Durante a pesquisa, um caso nos chamou atenção:

Circunstâncias pela qual (*Joaquim*) relatou seu interesse para vir ao Brasil. Deu-se pelo fato de que seu irmão mais novo trabalhava numa cooperativa de um colégio privado.

Pela pesquisa, soubemos por intermédio de amigos e conhecidos que o aliciador chega com promessas de vagas nas universidades privadas, que concedem “bolsa de estudos” por meio de um convênio, via Ministério da Defesa da Guiné-Bissau, e que disponibilizaria algumas vagas para candidatos com o perfil adequado.

O projeto de certos pais é que o filho estude no exterior e, conseqüentemente, tenha maior prestígio e “capital cultural” ou mesmo *status* e conhecimentos para enfrentar o mercado de trabalho. O caso do Joaquim não é diferente, relatou o entrevistado:

³¹Comissão econômica das Nações Unidas para África e seus acordos econômicos. Disponível em: www.Uneca.org. Acesso em: 10 ago. 2010.

[...] Sem questionamentos, o pai achou oportuna a possibilidade de partir rumo ao Brasil e decidiu investir, em melhor alternativa, nos meus estudos, uma vez que havia perdido outras oportunidades, pois os amigos de infância muitos têm curso superior ou futuro promissor. Na ânsia de concretizar um sonho e sem prever as consequências, resolveu procurar o responsável por essas negociações (o comparsa do aliciador), que se diz funcionário de Ministério da Defesa da Guiné- Bissau. Este cobrou mais 350 mil francos fcfa (local) que corresponde R\$ 1.400,00 (moeda brasileira) para cumprir as exigências exteriores, quando na verdade o aliciador simplesmente faz as inscrições na suposta instituição. Na medida em que os candidatos vão pagando, o aliciador leva consigo os comprovantes de inscrições, confirmando vínculos e aumentando a confiabilidade.

A média da mensalidade por curso seria 11 mil francos cfa que correspondem a R\$ 45, 45. Quando parecia tudo pago e “resolvido facilmente”, o comparsa pede mais 150 mil fcfa, equivalente a R\$600,00) para reconhecimentos de assinaturas e autenticações dos documentos, incluindo o visto “e a mão de obra ou gorjeta”. O mesmo ocorre com o aluguel de apartamento que teria um preço simbólico de 14 mil fcfa, correspondente a R\$57,85 mensais. Quando perguntado sobre o número aproximadamente de pessoas que vieram consigo ou no mesmo processo no mesmo ano, estima que são aproximadamente 100 pessoas por ano.

O comparsa do aliciador é guineense, casado com brasileira, é pastor da igreja evangélica e atualmente foi enviado para Guiné como missionário. Todos meus colegas têm informações que o mesmo costuma explorar desde Bissau, capital de Guiné, mas tem um ditado que diz: as pessoas só passam a entender da dor ou coisa ruim quando acontecem consigo mesmo![pausa], passamos a entender que ele se aproveitou da nossa necessidade (...ou aventuras) na busca de novas oportunidades de estudo no Brasil para os seus benefícios, porque quando chegamos ao Brasil vimos que as expectativas já não eram as mesmas, tanto aluguel, como universidades, os cursos, mensalidade, as taxas etc, faziam parte de uma invenção para lucrar nas pessoas

(Joaquim, trabalhador manual contratado, 25 de maio de 2009).

Pelo que se pode perceber, embora haja homogeneidade transcontinental na trajetória de vida, temos uma categoria (imigração) que conseqüentemente nos leva a refletir sobre as origens das diferentes formas do trabalho, em especial o atípico exemplo do trabalho braçal, e se percebe que no mundo “super moderno” está traçada a dicotomia do arcaico e o moderno, e o arcaico “invisível” carregado de exército industrial de reserva que sustenta o moderno. Fato concreto de imigrantes em múltiplas situações e setores de trabalho nas grandes cidades que se tornam cenários de trabalhos informais.

No mundo atual, os trabalhadores são sistematicamente “coisificados” para

sustentarem a *mais valia* no sistema produtivo capitalista, devido à ampliação da jornada de trabalho e à aceleração do ritmo de trabalho. No interior da empresa pesquisada, o trabalhador braçal esgota o seu expediente, exercendo trabalhos equiparáveis ao esforço de uma máquina robótica, mesmo assim o faz com eficiência, e fora da fábrica, ele está endividado e em condições de vida miserável.

O mesmo ocorre no plano de temporalidade, mormente no que diz respeito a dicotomia sobre formas arcaicas e modernas, no Brasil, a exemplo de muitas outras empresas modernas que adotam o *just in time*, a qualidade total e dentre outras características do modelo toyotista, os trabalhadores são rigorosamente supervisionados através de controle e qualidade total. Do outro lado, como grande cidade metropolitana, São Paulo apresenta as formas opostas ao modelo moderno de operação do labor, no submundo manual e informal, onde os braços e os improvisos substituem a máquina operacional.

Considerando que no ápice do estágio imperialista da era globalizada, conhecido como tecnocientífico, ou para muitos, a terceira revolução industrial, do outro lado, no ambiente periférico, depara-se com as formas degradantes em várias esferas socioambiental vividas na esfera produtiva informal, que nos remete à feliz expressão que Mike Davis (2006) chama de planeta favela, pelo nicho de economia subterrânea e precária.

Outra face nas cidades globais como São Paulo é a heterogeneidade das formas de trabalho. Pois nessa empresa pesquisada, em equipes, os trabalhadores intensificam as suas disputas, e sem limites que lhes deixam mais estranhos à própria dignidade da pessoa humana, ou dos bens materiais, eram como se estivessem “forçados” a trabalhar para o sustento. Por necessidades individuais, a ganância e a fragmentação dos trabalhadores foram eminentes na desestruturação da consciência dessa classe proletária. Por se tratar de uma categoria de trabalhadores móveis, sistematicamente como reforço positivo:

“[...]Estimulam-nos a trabalhar arduamente, os proprietários usam propositadamente o termo ‘destaque’ quando se referem ao empenho do trabalhador - sendo este a única alternativa à situação estável, que no primeiro momento parecia muito simples, porém após várias entrevistas realizadas, um dos trabalhadores [Djonsa] explicou que o destaque em linguagem da empresa é o sinônimo de fiel ao empregador, que por próprio esforço terá recompensa”
(campo/autor - trabalhador braçal, 04/08/2009).

Nesse submundo de trabalho desprotegido e ‘subpago’, o medo vai contra a vontade do trabalhador e certamente das normas da política do trabalho. Essa forma deve ser entendida como a mais antiga de relacionamento entre o empregador e o empregado. O mesmo não deixa de ser aparato estratégico da empresa, procurando informantes contra qualquer foco de resistência³². São fatores que sistematicamente se apresentam cotidianamente no trabalho onde o trabalhador se sente externo ao seu próprio trabalho (Marx, 2004, p 80-81).



Figura 5.2 - Caminhão e carreto na parte exterior da empresa.

³²Os informantes são os que por intermédio dos proprietários procuram extrair possíveis discórdia (ou rebeldias) contra o aparato administrativo da empresa. Estes ganham bônus por serviço prestados.



Figura 5.3 - Volumes de 250 kg que serão transportadas para o caminhão.

O modelo de trabalho da empresa pode ser entendido como anterior ao modelo de produção enxuta, as tarefas são monótonas e não conta com técnicas eficientes para facilitar a produção (GOUNET, 1996). Com exceção ao caminhão, o restante são ferramentas rudimentares como o carrinho de mão, fita adesiva e o empenho/improviso de extrema força física para levantar as cargas. Além de ser repetitivo, massificado, mal-pago, intenso e embrutecedor, também é indissociável ao labor arcaico pela força rústica:

“Durante 3 (três) anos que trabalhei, são os mesmos equipamentos disponíveis, se é que aquilo pode ser chamado de equipamento, (risos) . Meu Deus, aqui não tem nada! Tudo a gente faz com as nossas próprias mãos (.....) temos carrinho de mão, e às vezes contratam caminhão de carregamento, mas quando não tiver a gente arrisca, se tiver que carregar a gente carrega, às vezes em série de cinco pessoas ou mais trabalhadores, o importante naquela hora é levantar aquela carga do chão. Enquanto a carga pesada não sai, a gente fica ali junto, arrumando e descarregando volumes com média de 350 kg de 3 (três) à 6 (seis) toneladas semanais, fazer o quê? “É a vida”! (Filipe, carregador, 17/06/2009).

São situações comuns e problemáticas que nos remetem a certas comparações históricas, pela circunstância que a precarização está intimamente associada à reestruturação econômica, e à flexibilização dos mercados, a exemplo da globalização das economias das empresas transnacionais, ou pequeno porte instaladas nos territórios nacionais, como esta de transportadora. De modo geral é um trabalho desprotegido e

‘subpago’, quando fazem um bom trabalho, alguns clientes generosos oferecem notas de reais ou dólares para tomar *gasosa*³³ (gorjeta). Sempre em sigilo, porque os gerentes podem achar que é suborno, caso a câmara detecte tal oferta ao trabalhador:

Tal situação foi por nós vivenciada, quando após o despacho de mercadoria na agência transportadora, em voz baixinha, uma senhora falou: “toma R\$10 reais da gasosa e me devolve 40 reais”; vê-se, no entanto, que é um termo muito comum entre ambas as partes “clientela e trabalhadores braçais”. Era uma gorjeta oferecida como “prêmio pela paciência com o cliente”. Sobre isso, um dos trabalhadores comentou: “Elas entendem os nossos esforços e o desgaste físico, devido aos volumes gigantescos carregados que chegam a 210 quilos”.



Figura 5.4 - Cargas que serão transportadas por carrinho de mão para o caminhão.

Certamente o sacrifício maior não deixa de ser a seção de transporte de cargas para o aeroporto, sendo o dia também de carregamento de caminhões, na qual são carregados de 3 (três) a 6 (seis) toneladas numa semana, e geralmente em alta temporada o número tende a aumentar, às vezes chega a cerca de 10 toneladas numa

³³ Gíria usada entre os trabalhadores e a clientela angolana, que se refere à lata de refrigerante, ou em gorjeta dada para adquirir suco, ou latinha de refrigerante como forma de agradecimento pela paciência e dedicação na execução da tarefa.

semana³⁴.



Figura 5.5 - Volumes de cargas que serão transportadas para Angola.

A situação é de precariedade, sendo um trabalho de muitos riscos e lesões sérias, não existe registro formal em carteira e, portanto, sem direito à aposentadoria, o salário necessariamente deveria equivaler ao mínimo de esforço aplicado, seja por peças ou propriamente por horas, devido ao lucro maior da empresa.

A empresa consegue facilmente trabalhadores recém-chegados, trazidos via tráfico de pessoa. É a partir desta perspectiva que de acordo com os relatos da pesquisa, os proprietários africanos se aproveitam da carência e da vulnerabilidade dos seus próprios conterrâneos, empregando-os informalmente. Além de sempre recusarem qualquer tipo de negociação legal, sabendo que não haverá resistências. São fatos que podemos considerar comum dentro dos parâmetros da economia que se globalizou.

O companheirismo e a reciprocidade são fatores primordiais de integração social dessa comunidade, os trabalhadores são indicados pelos amigos e companheiros, e assim sucessivamente, sem formalidade, os trabalhadores se sentem atraídos pelo “sistema de trabalho”, mas o mesmo pode ser um paradoxo, porque se cria uma euforia e expectativa que trará consequências negativas e frustrantes, como condição de

³⁴ Entende-se alta temporada as épocas festivas como: natal, réveillon e carnaval. São e momentos que apresentam maior índice de procura de produtos externos, em grande parte nos mercados a céu aberto.

trabalho precário, como explica os entrevistados.

A globalização está criando nichos de trabalho informal em pleno mundo “super moderno” não somente no interior dos países mais pobres, mas, sobretudo nas sociedades em desenvolvimento e de capitalismo avançado, visto que a desigualdade e a pobreza são vitais para o funcionamento normal das economias capitalistas.

Sendo que nestas sociedades a desigualdade é necessária para produzir uma força de trabalho diversificada e disponível dentro do plano da divisão internacional do trabalho, e também na divisão sexual de trabalho, onde os jovens são atraídos pelos aliciadores e canalizados indiretamente ou voluntariamente para trabalhos manuais, e as moças são direcionadas para as atividades domésticas.

São situações típicas de imigrantes dos países chamados terceiro mundo ou periféricos que procuram alternativas em redes sociais, que se formam entre países de origem e o de destino, por vias de reciprocidades e/ou a retribuição, visando impacto significativo nos fins econômicos³⁵.

5.4.1 Pós-colonialismo, conflitos nacionais e emigração dos jovens africanos no contexto da globalização neoliberal assimilável à “neo-escravidão”

Se na primeira fase da pós-independência, época do governo centralizado entre Guiné-Bissau e Cabo Verde desde 1974/1980, com o partido único libertador, da independência (PAIGC), havia infra-estruturas econômicas e sociais que empregavam milhares de pessoas devido a algumas fábricas e linhas de montagens. Caso concreto das fábricas de leite “Blufo”, fábrica de suco “Titina Silla”, montagem de automóvel Citroën “N’haie”³⁶, Volvo, e muitos projetos garantidos por financiamentos externos, nas áreas da agricultura e turismo, como o complexo industrial de Cumeré (transformação de produtos locais),³⁷ todos estes empreendimentos foram instalados na

³⁵ A confiança ou identidade cultural destes ocorre de modo informal na busca das alternativas de vida. Para tanto, traçado por cotidiano em espécie de dádiva “reciprocidade”, que remete aos estudos do Malinowski sobre o sistema de Kula - movimentação das trocas de bens ou valores materiais e/ou simbólicas em movimento circular na cultura trobriandesa/ polinésia (MAUSS, 1950, p. 63- 74).

³⁶ Montagem de automóvel que estava ligado a Indústria Metalomecânica, que por sua vez ligava-se à a Citroën Francesa ,o que leva a entender que se tratava de uma parceria.

³⁷ Fábrica de óleo de amendoim, época da economia estatal centralizada na linha com o antigo governo soviético, o projeto Cumeré caiu com o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980. O novo regime

Guiné-Bissau.

Todavia, um marco crucial na conjuntura política econômica Guineense estava por vir, que era o golpe de Estado levado a cabo pelo denominado “movimento reajustador” de 14 de novembro de 1980³⁸, liderado pelo então Primeiro ministro João Bernardo Vieira, vulgo “Nino Vieira” para os íntimos “*Kabi Na Fantchamna*”, paradoxalmente reduziu-se a infra-estrutura nacional do desenvolvimento, levando a uma “*hecatombe social*”³⁹. Concomitantemente, trouxe à tona um contingente significativo de desempregados, tornando um ambiente social desestruturado e precário, da outra margem, no espaço global a nação mergulhava-se despreparadamente na esfera da globalização, para uma nova era do “mal-estar social” dos funcionários públicos, cercados de endividamento ou salários atrasados, redução da vida útil do servidor público, resultado de acompanhamento da globalização⁴⁰.

Desde então, acompanhávamos às sucessivas lideranças fracassadas que deixaram a desejar, a exemplo do ex-presidente Kumba Yalá, e do Malan Bacai Sanha, salvo alguns governos de transição, contudo, ansiosamente ainda a população sonha contudentemente com um futuro melhor⁴¹.

militar de então entendeu que o projeto era muito ambicioso e megalômano e foi simplesmente abandonado. Economia centralizada na linha com o antigo governo soviético.

Disponível em:

<http://www.africanidade.com/articles/3044/1/GUINA--BISSAU--UMA-INDEPENDANCIA-aSUI-GENERIS-a/Paacutegina1.html>. Acesso em: 25 set.2009.

³⁸ Movimento reajustador se resumia apenas a reajustar o partido desviado à pureza ideológica e os princípios que o líder Amílcar Cabral havia implementado durante a luta de libertação nacional na Guiné Bissau (Nóbrega, 2003).

³⁹ Neste estudo “mortalidade social” é um termo ou situação categórica aparentemente metafórica, mas equivale também literalmente a constatação de fato nas sociedades africanas, propriamente devido a escassez de serviços básicos, desnutrição infantil, desestruturação das instituições familiares que tem um impacto significativo na emigração compulsória de jovens por melhores estilo de vida, entre outras.

⁴⁰ A política de liberação econômica principiada (encetada) em 1983 apresentou os primeiros paços no panorama global com: a redução do setor público, redução das taxas de exportação e maior controle fiscal. No entanto, acompanhava-se a conjuntura econômica traçada por administrações conturbadas de instabilidade política ou tentativas de golpes, rebeliões dentre outras, e como era de se esperar, aconteceu nos anos 80 e 90 a emigração forçada dos quadros nacional, e/ou jovens qualificados de desqualificados para os países com maior estabilidade econômica, de modo que este último está maior exposto a trabalho atípico (Nóbrega, 2003, p. 232).

⁴¹ Desde as crises econômica da década de 80 até os dias atuais, o mesmo processo tem prevalecido na administração/política Guineense, no quadro econômico houve alterações como redução ou suspensão dos investimentos em projetos da área industrial, privilegiando a área agrícola e os poucos fundos disponíveis, na sua grande parcela financiada pelos países socialistas, o FMI e o banco mundial (Nóbrega, 2003 p.80).

O conjunto de aspectos abarcados no presente estudo nos faz compreender como a informalidade tem uma das suas origens na flexibilização do mercado, desemprego, livre comércio sem perder de vista o descomprometimento do Estado-nação para com os seus servidores públicos que resulta no fortalecimento do comércio popular “a céu aberto” nesses países africanos, exemplo de feira “mercado Roque Santeiro” em Angola e feira de “bandim” em Bissau, na qual, os pequenos comércios de subsistência aparecem em números significantes para contornar a crise, ao mesmo tempo trouxe à tona o trabalho “o típico do mercado informal”. No que tange à reestruturação produtiva na Guiné-Bissau, a saber:

Como qualquer país emergente da pós-colonização, com as rupturas com os laços da dependência colonial, típico dos estados emergentes de então, na Guiné Bissau com as nacionalizações, as preocupações de fomento a produção agrícola e a construção do complexo agro-industrial do Cumeré. Época desde então denominada como estado socialista. Com a globalização moderna o país entrou na liberação do mercado, tendo como auge do comércio livre a década de 90, mas é na segunda metade dos anos oitenta que se implementou na Guiné-Bissau o processo de desnacionalização, liberaliza-se o mercado. A moda passa a ser desregular, o princípio de livre concorrência passa a ser o lema e o país conhece as primeiras privatizações neste período, “era de construção de mercado livre”. O financiamento da economia é condicionado pelo cumprimento do programa de “ajustamento estrutural” que implica reequilíbrio macroeconômico: controle do déficit orçamental; controle do déficit externo; controle da inflação⁴² (Seide, 2008, s/p).

Uma das medidas mais comuns da redução do déficit orçamentário que os governos recorrem é a redução da despesa pública via demissão de trabalhadores. Portanto, faz-se necessário compreender que o outro aspecto desta medida é o aumento do mercado informal nas cidades, como por exemplo Bissau, capital guineense, que absorveu os excedentes da função pública.

O capitalista procura extrair o máximo de trabalho de um menor número de trabalhadores, e garantindo o material humano disponível que é essencial para o seu equilíbrio econômico, portanto, vital para a indústria moderna. Por ser equivocadamente paradoxal, mas é a intenção do próprio sistema capitalista, fomentar sistematicamente

⁴²Disponível em: <http://www.didinho.org/EconGB.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2009 .A Economia da Guiné-Bissau e os objetivos do milênio.

um contingente de trabalhadores fora do processo produtivo que Marx chama de exército industrial de reserva (Marx, 1968, p. 737) e do outro lado, mantinha a principal forma do modelo toyotista que é ampliar a flexibilização da produção, produzindo apenas o necessário e reduzir os estoques, trocando a padronização pela diversificação, e a mesma política equivalente aos trabalhadores braçais.

Por ser evidente, no final da década de 1990, a população Guineense acompanhou de perto as demissões dos servidores públicos⁴³, resultado das exigências e reajustes econômico internacional, que pode ser uma das razões do fluxo migratório transatlântico.

O fluxo migratório transatlântico, ou seja, o elo histórico que liga a África e o Brasil não é recente, principalmente quando se trata de migração e da história econômica mundial, e com o Brasil muitos estudiosos na área enfatizaram a interdependência, mas na atualidade os países com a qualidade de vida maior tendem a atrair a migração compulsória dos jovens pela infra-estruturas disponíveis ou propriamente a qualidade de vida. E a flexibilização do mercado-neoliberal propicia a inserção dos jovens na precarização do trabalho⁴⁴.

Na lógica da concorrência acirrada, não basta imigrar para garantir o emprego, porque as marcas do ser negro, do “estigma” que os acompanha, estão enraizadas no sistema produtivo (FERNANDES, 1965) - e no caso do imigrante africano não seria diferente, pois estigmas tribais da raça, nação e religião, que podem ser transmitidas através da linhagem e contaminar por igual todos os membros da família (GOFFMAN, 1998), principalmente quando comparado com imigrante europeu o *status* do primeiro é deplorável na inserção do mercado de trabalho. Porém, há uma combinação da superpopulação e a política de mais valia absoluta, que induz a redução de vida útil de trabalho, através da flexibilização ou demissões, (MÉSZÁROS,2002) , faz com que aumentam sistematicamente o número de excedentes fora das empresas e ainda que o excesso de procura por posto de trabalho aumentem. Concomitantemente tende a se ampliar o nicho da economia informal, por sua vez “resultado da escassez do emprego formal”.

⁴³O desemprego fez aumentar a emigração e o comércio informal, ver o vídeo disponível em: <http://tvbrasil.abc.com.br/reporterbrasil/video/1359/> Acesso em 04 junh.2009.

⁴⁴ TANURRI, 2001.

Tratando do mundo do trabalho contemporâneo, este apresenta peculiaridades no que diz respeito à migração, tornando o deslocamento em ritmo crescentemente acelerado, através da flexibilização do mercado, que por sua vez incita a precarização do trabalho, estimulando a emigração das comunidades dos países pobres aos grandes centros comerciais, dito de outra maneira, para cidades globais, exemplo de São Paulo (SASSEN, 1991).

A heterogeneidade do trabalho é enorme, principalmente quando se fala de formas de exploração, desde os mais simples até nas formas mais desumanas existentes, como das comunidades nacionais e estrangeiras em São Paulo (dos nordestinos dos bolivianos, e dos Guineenses e Angolanos).

O presente trabalho abarca os contrastes do mundo de trabalho contemporâneo e das desigualdades, caracterizadas pela *desfiliação*, visto que afiliação implica o sujeito ativo, e propõe diferentes políticas para resolver a situação e trabalha com as possíveis e necessárias escolhas dentro das sociedades que, mesmo em países europeus que outrora étnica e racionalmente homogêneos, hoje apresentam um quadro de heterogeneidade marcado pelas diferenças étnicas explícitas (Castel 1998 *apud* Zaluar 1997). Também Goffman (1998, p 154) nas suas análises denomina as desigualdades de trabalho, por motivo de segregação por raça ou gênero, de “*desfilados*” e quando se individualizam de modo isolado podem ser chamados de “excêntricos”.

Zaluar (1997) indica que as políticas devem ressaltar as diferenças, sejam elas as relativas à identidade étnica, à religião, à raça ou gênero. Neste sentido, o imigrante pode estar mais próximo ao conceito de *underclass*, pelo fato destes estarem condenados a trabalho informal e ao aumento da precarização. Se o aspecto principal da exclusão é o fim da classe condição salarial, são os que não conseguem vender a força de trabalho (Antunes, 2006), do outro lado são estes que podem fazer parte do trabalho atípico (Vasapollo, 2006). Outrossim, de modo constatável, os níveis de mais baixa escala do trabalho estão ocupados pelos *desfilados* ou *imigrantes*, a destacar os africanos que exercem atividades braçais e os bolivianos no ramo de costura (Silva, 1995).

É importante salientar que a comunidade de africanos e bolivianos, assim como outros países africanos de língua portuguesa (PALOP), que trabalham nessa atividade não se comportam como uma “força abstrata”.

Ora, isso justifica o tratamento sociológico do tema, isto é, trata-se de um

mercado de trabalho que não é “geral e homogêneo”, mas “particular e específico”.

A identidade cultural deve ter influência nas “redes sociais” existentes entre os proprietários da empresa e os demandantes do emprego, e pode ser crucial nas demissões pelo fato dos primeiros terem percepções de vulnerabilidades do demandante do emprego.

As guerras que aconteceram ou que estão acontecendo nos países africanos, sejam elas coloniais (da independência), regionais, exemplo de Angola, civis ou político militar, exemplo do que aconteceu em Guiné-Bissau em 1998, separou irmãos, amigos e parentes. Recentemente, esses países estão retomando as estruturas familiares através das quantias vindas do exterior. Aos poucos estão retomando ao cotidiano, que ultrapassa ao controle dos seus governos locais, mas através das alternativas dos seus emigrantes, fato que não os distanciam do trabalho massificado.

É interessante destacar que essas comunidades emigrantes representam uma categoria de “deslocamento forçado” em via de responder o enfraquecimento dos seus problemas de organização e política das suas sociedades “perambulando” (TANURRI, 2001. p312-313),(RIBEIRO, J. T. L, 1996, p. 122-126), o mesmo impacta no mercado informal que conta com a heterogeneidade de forma de acúmulo de capital. Contudo, é esta a forma de trabalho atípico que os proprietários e os trabalhadores braçais estão inseridos (Vasapollo, 2006).

Sabe-se que, em parte, a globalização facilita a mobilidade “de circulação” das pessoas em termos territoriais, mas não garante a devida estabilidade sócio econômica e com efeito forjou-se o paradoxo nos direitos humanos, que são os nichos de trabalhos informais e a *hard labor*, mostrando assim uma nova face da desigualdade econômica mundial, na sua grande parcela representada pela força generalizada de mão de obra imigrante.

Também Sayad (1998) embasa a respeito dos imigrantes quando ressalta a situação dos argelinos na França, e entende-os de certa forma como “apátridas”, pelo mesmo motivo que na visão do Simmel (1983) o estrangeiro é um viajante potencial, ao mesmo tempo é uma espécie de comerciante que traz e incorpora a cultura do outro, de forma recíproca.

Como se trata de categoria de trabalhadores informais ou indocumentados, a situação deste ser social aqui estudado nos lembra para o contexto do trabalho na atualidade que apresenta e aponta a questão de classe de modo heterogênea e ampliada,

que merece ser compreendida principalmente como *a classe que vive do trabalho* pelo fato que a noção histórica da comunidade específica pronta a aceitar qualquer salário em lugar de estagnarem na pobreza absoluta, outrossim definida pela experiência e relação social própria na esfera produtiva - resultado de escassez no mercado formal, de modo que não há trabalhos formais para todos, com efeito resulta-se em aceleração e proliferação das formas de acumulação de capital por meios de sobrevivência, e nela a experiência e a situação histórica, costume, cotidiano, são categorias imprescindíveis na devida definição desse segmento de trabalhadores (ANTUNES, 2006; THOMPSON, 1981,p16).

6 Considerações finais

A pesquisa analisou os novos rumos da migração “diáspora africana” e o mundo do trabalho na esfera globalizada, como demonstra o nosso campo de estudo em São Paulo. As análises feitas ocorreram num mercado conhecido como comércio informal a céu aberto. O bairro do Brás, especialmente nas épocas em que as economias africanas caminhavam por um labirinto na arena da globalização, ao mesmo tempo estampado por dilaceramento econômico, político e social que resultou em emigrações forçadas e nela se intensificavam em toda esfera global.

Em São Paulo os jovens Angolanos e Guineenses procuraram formas imediatas de inserção do mercado de trabalho, e por serem ilegais na sua grande maioria, muitos não tinham escolha, se sentiam obrigados a vender sua força de trabalho a qualquer preço aos próprios conterrâneos, donos das empresas transportadoras de cargas para Angola, isso em busca da sobrevivência e para suprir as dificuldades familiares. Mas a concessão de anistia reforçou parcialmente as suas barganhas do mercado formal, alguns inseriram-se nas áreas de construção civil e outros nos serviços autônomos.

No entanto, como o segredo de cada pesquisa brota pela inquietação, pois justamente por este intermédio buscamos reiterar categorias comparativas dos traços culturais e sociais, estereótipos ou estigmatizantes e a indignidade da pessoa humana no cerne do trabalho degradante em paralelo com às da escravidão clássica para entendermos os sujeitos modernos que se inscrevem como *freelancers ou precários*.

E contundentemente a preocupação aqui fora encontrar soluções saudáveis dentro deste cenário de mão de obra imigrante longe do *mal-estar social* no metabolismo do capital cercado por superexploração, periculosidade, e concomitantemente ensejada para imoralidade fiscal e social, de status étnico dos *inimpreáveis*, porém na busca incessante da sua estabilidade social.

O que, seguramente, envolverá muitos estudiosos como os cientistas sociais contemporâneos para debates no contexto atual do labor, como fruto dos acontecimentos da nossa época. Ademais, é por isso que se buscou resgatar *o fio condutor* entre a empiria e a teoria nos três capítulos, indagando na ótica da vulnerabilidade econômica dos seus países de origem, traçados por conflitos políticos e

tribais, constantes golpes de estado, entre outras situações de pauperização que podem estar pré- estabelecidas no processo migratório.

Desde modo, consideramos que as emigrações compulsórias dos jovens Guineenses e Angolanos nas ultimas décadas se deve, mormente à escassez econômica, à estrutura dos direitos sociais local e a insuficiência do aparato político dos seus países. O que reforça ainda mais o motivo de que os demandantes de emprego destes países nessa empresa são oriundos da classe baixa, portanto de extrema vulnerabilidade.

Eis que são outros fatores que entendemos como resultado de dependência econômica imposta na divisão internacional do trabalho dos países centrais *versus* países periféricos que estimula a migração compulsória internacional dos rapazes na busca das alternativas de melhor emprego.

Diante do cenário apresentado, da análise do estudo realizado na empresa transportadora e os sujeitos da pesquisa, nos permite também ponderar que o mundo globalizado e popularizado como o “jardim do éden” esconde as astúcias do capitalismo que necessita e oculta o mundo numa espécie de planeta-favela para sua manutenção em precarizar, superexplorar, desenraizar sistematicamente as comunidades e consequentemente estabelecendo a indignidade da pessoa humana como coisa, descartável em momentos das crises. Certamente são situações essas que embasam os pressupostos da globalização.

Ora, impacto do dilema econômico e os constrangimentos do mundo do trabalho na atualidade, merece atenção especial para mudança de atitude positiva dos educadores e governos.

No plano geral desta pesquisa, a meta é encontrar soluções solidárias imediatas para os problemas desumanos dentro do metabolismo social, sensibilizando as novas formas de inclusão social dos governantes dos países de origem do migrante no incentivo à educação e se possível o apoio emergencial do poder político internacional para a efetivação da igualdade substantiva na inserção social, exemplo de *anistia*, *green card* ou refúgio.

A epígrafe de Berman nos interessa, visto que radiografa a estratificação social dentro dos paradigmas da modernização, mostrando os paradoxos da modernidade na qual a globalização, sendo a faca de dois gumes, na medida que anuncia a boa vinda, segrega-os sistematicamente com as lutas sociais para manutenção do capital, tais conceitos foram ressaltado por Istvan Meszaros (2002) como: a maximização da “vida

útil das mercadorias” e taxa de utilização decrescente e o “tempo disponível” da mão de obra “mercadoria”.

Obviamente, são tais situações que nos levam também a questionar: se há que se optar pela globalização, a *classe que vive do trabalho* optaria por uma experiência vital de homens e mulheres, estrangeiros ou nacionais, documentados ou indocumentados nos padrões socialistas; numa unidade sem a angústia de serem transformados em exércitos industriais de reserva, em que as máquinas não os suguem em redemoinho; enfim que a divisão internacional do trabalho não incentive a emigração compulsória dos países do terceiro mundo. Mas sim, onde o comprometimento e o direito dos cidadãos estariam sendo respeitados, portando acima dos interesses do capital.

Para tal, torna-se imprescindível que o patriotismo esteja presente no interior dos protagonistas da política para a consistência da educação-ensino dos países que se inscrevem como eternos *freelancers* na globalização. Caso contrário, jamais seremos modernos cidadãos da globalização, porque os interesses são disparada e escandalosamente distintos.

Na qual concluímos ainda que exploração exacerbada das novas formas de exploração do trabalho, configurada como trabalho degradante comporta-se como formas de escravidão contemporânea. Para tal, modestamente definimos estes trabalhadores como “os protoescravos da supermodernidade”.

Ademais, à luz da análise até aqui tecida à tarefa da “*caixa de Pandora*” da nossa pesquisa que buscou delinear a definição categórica deste *ser social* nos labirintos na globalização pelo brotamento de trabalhos degradantes no novo milênio. Por isso, o presente estudo se debruça no submundo de trabalho imigrante que traz à tona o questionamento da nova tendência do aceleração cada vez mais da morfologia do mundo do trabalho precário e invisível dos trabalhadores imigrantes.

Com efeito, vale lembrar que fora necessário incorporar a digressão conjuntural das facetas da escravidão para podermos compreender o campo e o sujeito de pesquisa como um todo precário. Sem perder de vista o *feeling* ontológico carregado de resquícios da escravidão, ainda que publicamente configurada como trabalho degradante pelo *modus operandi* do capitalismo.

A pesquisa nos permite considerar também que:

A ausência de contrato formal de trabalho, refletindo-se em uma relação de trabalho que flutua no âmbito da impessoalidade à pessoalidade; que abraça uma

jornada exaustiva de trabalho, pois além de ser longa, com dez a treze horas, é bastante irregular no sentido da completa ausência de efetividade dos períodos de descanso (folgas).

Outrossim, o próprio estatuto jurídico que define essa forma de trabalho, ou seja, a condição caracterizada pela ausência de quaisquer direitos sociais de proteção ao trabalhador implica-se também na baixíssima remuneração a essa força de trabalho empregada e produtiva que vive nas margens da economia formal, que por ser equiparada a máquina do labor da economia global urge e requer necessariamente os seus direitos na esfera da economia mundializada, até propriamente pela fase que se diz “progressiva” histórica da humanidade na empreitada moderna cibernética.

Certamente, como foi rebatida ao longo de toda análise, principalmente com os teóricos da área do trabalho e de forma conclusiva, deixamos claramente desde o início que o propósito deste estudo não buscou predefinidamente nenhuma pretensão em sistematizar categoricamente o sentido do trabalho (se é ou não restritamente precário ou condição análoga à escravidão), porém, com efeito a situação vivida pelos trabalhadores é que nos permite enxergar o trabalho altamente precário principalmente em contratos informais e periculosidade na produção *in loco*.

E por não serem ideias predefinidas, o estudo buscou incessantemente em três capítulos evidenciar “o pano de fundo” de nossa pesquisa que é a precarização de trabalho e a mobilidade de uma população específica para o nicho de trabalho informal que envolve “sociabilidade mobilizável” das comunidades na economia mundial que se diz globalizado.

Embora a precarização seja um pressuposto da globalização, a mesma aguça e urge para a igualdade substantiva como sustentáculo para os trabalhadores imigrantes manuais *undocumented*s na inclusão social, mormente priorizando a dignidade da pessoa humana-imigrante como ser universal que visa proteção social na esfera produtiva. Para tanto, faz-se *jus* a apelação para o socialismo no país de origem do imigrante que suprimisse a vulnerabilidade socioeconômica em que conseqüentemente forja a precarização das comunidades específicas para os subterrâneos do trabalho nos labirintos da globalização, conseqüência da eterna barbárie do capitalismo, como nos alerta os estudos de Istvan Mészáros,(2003). As redes sociais dos países periféricos se inscrevem definitivamente como *oustiders* ou *freelancers* pelas suas barganhas de *undocumented's*, e no plano da divisão internacional do trabalho e da chamada

globalização estes países ainda são tratados como parte da “*globalização tardia*” pela inconsistência dos seus poderes econômicos.

Por fim, é ainda sabido que após a década de 1970 houve um desnorteamento em relação ao nacionalismo, as crises políticas e sociais nos países africanos despreparadamente entraram em cena, afrouxando o comprometimento dos cidadãos locais em busca das alternativas. A moda passa a ser o desenraizamento compulsório. Por conta disso, passam a procurar novas afinidades da identidade universal do ser imigrante na diáspora, porém inatingível porque os confrontos sobre o capital acirram-se de acordo com os paradigmas capitalistas com base nas segmentações.

Bibliografia

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Cortez / Edunicamp, São Paulo, 1995.

ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy (organizadores): **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1994 (Coleção Travessia do Século).

AZEVEDO, F. A. G. **Presença de trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo**. Brasil/Bolívia, dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-graduação em integração das América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) São Paulo: PROLAM/USP, 2005.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo: In: VELLOSO, Gabriel e FAVA, Marcos Neves (organizadores). **Trabalho escravo contemporâneo: desafios de superar a negação**. São Paulo, Ltr, 2006. p 125 a 138.

BORGES, J. **Sacoleiras do Brás**. Disponível em: www.reporterbrasil.com. Acesso em: 07 mar. 2007.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, (14): 153-174 174, jun. 2000.

_____. **“Flexibilidade: Maior Número de Micro e Pequenas empresas ou Manutenção da Concentração de Forma Descentralizadora?”**. *Contemporaneidade e Educação*, n.1, pp.47-57, maio / 1997.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BAPTISTA, Dulce: **Migração na metrópole: o caso dos Angolanos em São Paulo**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG- Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1070.pdf>.

Acesso em: 19 fev. 2009.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

FIGUEIRA, R. Rezende. **Pisando fora da própria sombra, a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

FOUCAULT, Michel: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, C. E. S. **Precarização e Flexibilização dos Direitos de Trabalho no Brasil dos Anos 90**. Dissertação de mestrado. Brasília, Departamento de sociologia da Universidade de Brasília, 2000.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Relações de trabalho no setor canavieiro na era do etanol e da bioenergia**. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*,

Campinas, São Paulo, n. 30, p. 101-118, 2007. Disponível em:

<http://trt15.gov.br/escola_da_magistratura/Rev30_art6.pdf>. Acesso em: 30 out. 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1998.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 5ª Edição, 1992.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LOVEJOI, E. Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

MAESTRI FILHO, Mario José. **O escravismo antigo**, Campinas: Editora da universidade estadual de campinas, 1988.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, livro 1.v.I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In Marx K. Manuscritos Econômicos Filosóficos e outros textos escolhidos. Nova Cultural: São Paulo, 1974.

_____ **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, C.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MATTOSO, J.E.L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre a dádiva**. Com introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss. Presses Universitaires de France, 1950- tradução de Antônio Filipe Marques, Edições 70, Lisboa Portugal. 1950.

MÉSZAROS, Istvan. **“Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda”**. In ANTUNES, Ricardo (org) **Riqueza e miséria do Brasil**. São Paulo:

Boitempo, 2006.

_____ **O Século XXI, Socialismo ou Barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____ **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez.2007.

NOBREGA, Álvaro: **A Luta pelo poder na Guiné- Bissau.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas. Marco de 2003.

RTIZ, R. **Mundialização e Cultura.** Editora Brasiliense, 2 edição, 1994.

QUEIROZ, M. Isaura Pereira de:. **Variação sobre a Técnica de gravador no registro da informação viva.**São Paulo: T. A. Queiroz, editor, editora bisordi Ltda,1991.

RIBEIRO, J. T. L. **Migração internacional Brasil-África: Angola em destaque.** In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo.* Campinas: FNUAP/NESUR/NERO, 1996, p. 122-132.

PEREIRA, Sónia (2008), “**Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica**”, in PEIXOTO, João (org.), *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril 2008, n.º 2, Lisboa: ACIDI, pp. 47-71. Disponível em:

<<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/docs/revista2/migracoes2art2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2008.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

_____ **O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante.** *Travessia-Revista do migrante* (CEM), São Paulo, 2000. Edição especial.

SASSEN, S, **The Global City.** New York, London, Tokyo, Princeton (NJ): Princeton university press, 1991.

SILVA, S. A. **“Costurando Sonhos”**: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo. Universidade de São Paulo, 1995.

SIMMEL, G. *Sociologia: O estrangeiro*. In: **Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1983, traduzido por Evaristo de Moraes filho.

TANNURI, Maria R. P. **Emigrar de Angola e imigrar no Brasil: jovens imigrantes Angolanos no Rio de Janeiro: história (s), trajetórias e redes sociais**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria**. Rio Janeiro, Zahar, 1981.

VASAPOLLO, Luciano. (2006) “O Trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. In ANTUNES, Ricardo (org) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: editora Boitempo.

ZALUAR, Alba (1997) **Exclusão e Políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas**. In: *Revista brasileira de ciências sociais*. Vol 12 n. 35 São Paulo, fevereiro de 1997.

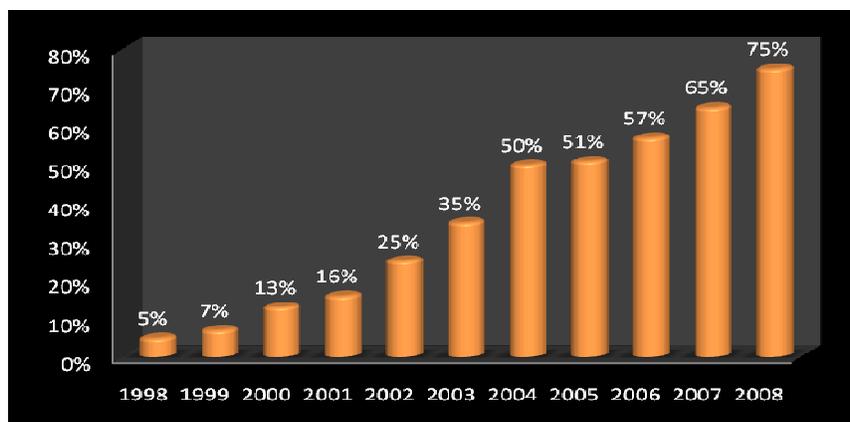
Anexo A

Nos anexos abaixo constam dados da Casa do Migrante, obtidos durante a pesquisa de campo nessa instituição religiosa, e em forma de distribuição proporcional dos países ou continentes que tiveram passagem na casa do migrante durante os anos de 2007/2008.

Tabela A1 - Casa do migrante - Evolução da presença de imigrantes e refugiados.

5%	1998
7%	1999
13%	2000
16%	2001
25%	2002
35%	2003
50%	2004
51%	2005
57%	2006
65%	2007
75%	2008

Figura A1 - A década de 90 marcou o crescimento dos refugiados na casa do migrante.

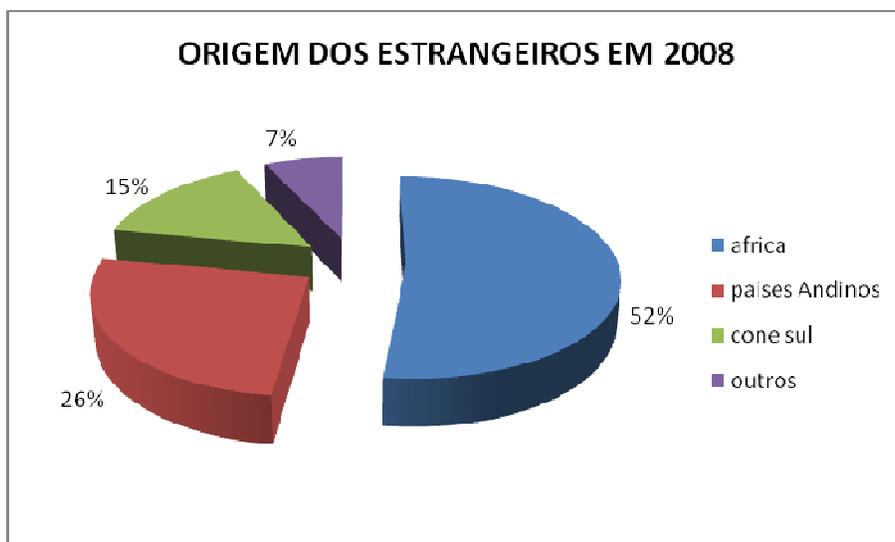


Anexo B

Tabela B1 - Percentual de refugiados no Brasil em 2008.

Número da Pesquisa	
África	52%
Países Andinos	26%
Cone sul	15%
Outros	7%

Figura B1 - Origem de refugiados no Brasil em 2008.

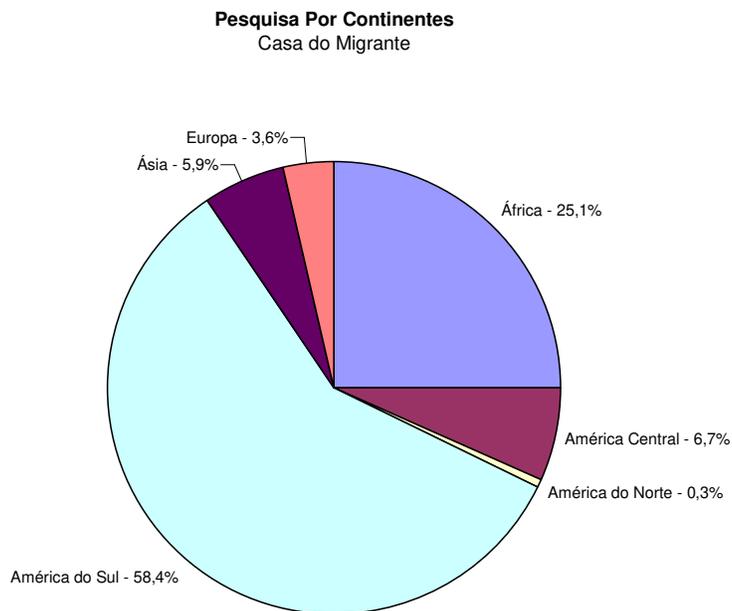


Lista de países de imigrantes africanos solicitantes de refúgio, segundo a Casa do Migrante:

África de Sul
Angola
Benin
Burundi
Cabo-Verde
Camarões
Chade
Congo - Brazzaville
Costa do Marfim
Egito
Eritreia
Etiópia
Gana
Guiné – Conakry
Guiné – Bissau
Libéria
Marrocos
Moçambique
Nigéria
Níger
Quênia
República Democrática de Congo
Ruanda
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tunísia
Uganda
Zimbábwe

Distribuição proporcional dos solicitantes de refúgio por continentes 2009, 2010 e 2011:

Anexo C



**Figura C1 – Pesquisa do número de migrante por continente – Casa do Migrante.
(março/2011).**

África	232	25,1%
América Central	62	6,7%
América do Norte	3	0,3%
América do Sul	541	58,4%
Ásia	55	5,9%
Europa	33	3,6%
Total	926	100,0%

Total de imigrantes no Brasil

Dados parciais do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros da PF, atualizados em 23 de outubro de 2009.

A Bolívia, com 8.236 imigrantes, é o país com o maior número de estrangeiros que solicitaram a permanência no país. A China (3.865), o Peru (3.398) e o Paraguai (2.832) vêm na sequência da lista dos países com maior número de imigrantes nessas condições no Brasil. Segundo a PF, vivem no país 922.613 estrangeiros.

Dados do Ministério da Justiça, atualizados em 15 de setembro de 2010, mostram que o *Brasil tem 4.183 refugiados, de 76 nacionalidades*. Desse total, a maioria são oriundos de *Angola: 1.688*. A Colômbia apresenta um total de 568 refugiados e a República Democrática do Congo, 374, aparecem na segunda e terceira colocação. Na lista das cinco nacionalidades com maior número de refugiados ainda constam Libéria (259) e Iraque (195).

As 10 nações com o maior número de estrangeiros beneficiados pela lei da anistia⁴⁵	
Bolívia	8.236
China	3.865
Peru	3.398
Paraguai	2.832
Coréia do Sul	961
Líbano	805
Portugal	579
Senegal	519
Chile	414
Angola	396

Tabela D - As 10 nações com o maior número de estrangeiros beneficiados pela lei da anistia.

Os dados são parciais, porém estão de acordo com a nossa pesquisa. No entanto, ainda há índices de imigrantes Guineenses e de outras nacionalidades que certamente aparecerão na lista dos países que se beneficiaram também da anistia aprovada no governo Lula, e que ainda não foram divulgados.

⁴⁵ Fonte: G1. Disponível em:
 <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1366482-5601,00EM+QUATRO+MESES+MIL+ESTRANGEIROS+JA+REGULARIZARAM+SITUACAO+NO+PAIS+DIZ+PF.html>> . Acesso em: 20 nov.2010.

Anexo E

Questionário aplicado para trabalhadores braçais da empresa *Afric Import & Export Trading*

Para maior consistência das informações foi necessário a não identificação direta do entrevistado. Evitamos apresentar dados como: nome, endereço e telefone, de modo a não comprometer o andamento da pesquisa. Porém, partindo diretamente da seguinte maneira:

1 - Sexo

Masculino feminino

2 - Idade:

- Acima de 18 anos
 22 anos , 22 a 25 anos
 Acima de 40 anos

3 - Escolaridade

- Nenhuma
 Fundamental incompleto, fundamental completo
 Médio incompleto, médio completo
 Superior incompleto, superior completo
 Pós-graduando

4 - Você trabalha ou “tem algum vínculo” ainda com agência transportadora?

5 - Se ainda trabalha, como você considera a sua situação atual?

- Regular
- Bom
- Excelente
- Ruim
- Péssimo

6 - Caso esteja em outro emprego, como avalia a sua situação atual?

- Regular
- Bom
- Excelente
- Ruim
- Péssimo

7 - Como você chegou ao Brasil e porquê escolheu esse país?

8 - Você que custeou a sua passagem? Sim () ou não () e se sim, foi necessário o reembolso da passagem? E de que forma?

9 - Como ficou sabendo da agência?

- Por um amigo
- Colega
- Conhecido
- Conterrâneo
- Família
- Por brasileiro

Outro _____

10 - Quais foram os as funções que você ocupou na agência?

- Gerente

Cozinheiro

Trabalho braçal (carregador)

Outro _____

11 - Em sua opinião, a sua capacidade intelectual e física e a carga horária eram equivalentes ao seu salário?

Sim Não Por quê?

12 - Como você avalia o método de trabalho aplicado aos trabalhadores da agência?

Regular

Bom

Excelente

Péssimo

***13 - Trabalhar na empresa serviu como *trampolim*? (a forma de acumular o dinheiro e seguir para outros países).**

Sim ou Não

***14 - Já presenciou casos de lesões ou problemas de saúde com os seus colegas do trabalho? Sim, ou Não**

***15 - Teve seguro saúde no caso de lesões ou outros problemas de saúde? sim ou não**

***16 - Teve a Carteira de Trabalho assinada?**

Sim ou Não

***17 - Teve uma carteira de trabalho?**

***18 - Como você avalia a sua relação com o chefe da empresa?**

Boa () Regular () Péssima (). Por quê?

19 - Sobre a qualidade de despacho da mercadoria na empresa, você as considera em geral: () Péssimo () Ruim () Razoável () Boa () Ótima

20 - Sobre os serviços prestados pela empresa (no caso das sacoleiras e guias), qual nota você atribui, de 1 a 5, sendo 1 a mais baixa e 5 a mais alta.

1() 2() 3() 4() 5().

21 - A empresa colaborou na resolução de eventuais dificuldades econômicas quando comparado com a situação econômica anterior no país de origem, ou melhor, antes de vir para São Paulo? () Sim completamente () Sim, parcialmente () Não.

22 - Sentiu-se acolhido pela empresa e pelos amigos? () sim () não, por quê?

23 - Você acha que a sua dignidade ao trabalhar na empresa: () Ficou aquém das suas expectativas, você esperava mais () Foi parecido com o que você imaginava () Foi melhor do que você imaginava

24 - O trabalho e a carga horária é equivalente ao seu salário?

() sim ou não (), Se não, por quê? _____

25 - Você teve dificuldades, no caso de consultas ou de tratamentos médicos?

() sim () não. Se sim, por quê? _____

***26 - Você já presenciou caso de lesão com algum colega seu durante o trabalho?**

Sim () não () Se sim, como foi solucionado?

27 - Como avalia o método de trabalho, você o colocaria em que nível? () arcaico, () básico, () avançado, () sofisticado

28 - Sobre sua impressão sobre a empresa: mudou para pior a partir do momento que você começou a trabalhar? Sim () ou Não ()

OBS: As questões marcadas em asteriscos (*) são as bases para a nossa indução.

De acordo com essa pesquisa, a qual levava em conta o trabalho e a dignidade da pessoa humana. Concluiu-se que:

- Dos 12 (doze) trabalhadores braçais entrevistados, 12 responderam que a empresa precisa se estruturar “modernizar” com equipamentos sofisticados do padrão atual.
- Dos 12 (doze) trabalhadores braçais entrevistados, 11 afirmaram que já tiveram dores intensas no corpo, sendo que outros sofreram lesões graves.
- Dos 12 (doze) entrevistados, somente um teve carteira de trabalho assinada.
- Dos 12 (doze) entrevistados, 9 afirmaram que pretendem seguir para outros setores ou países.
- Dos 12 (doze) entrevistados 10 afirmaram que passaram por humilhações do patrão, seguido de demissão e (2) dois se abstiveram e não opinaram a respeito.

Do total dos entrevistados, 85% afirmaram serem presos pelas falsas promessas por causa da necessidade econômicas.

Conclui-se, no entanto, que a maior parte dos entrevistados teve a dignidade da pessoa humana “no trabalho” reduzida. Pois, não tinham liberdades de expressão, tinham contratos frouxos e instáveis e, portanto, à mercê de constrangimentos repulsivos.